

política pública na na perspectiva periférica em Jardim Gramacho



JHOCelyn YAZADORA DOS SANTOS RANGEL

foto: Paula Monteiro de Freitas



Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy
UNIGRANRIO
ESCOLA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Jhocelyn Yazadora dos Santos Rangel
6300764

Política pública na perspectiva periférica
em Jardim Gramacho

Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Fernanda Podzwato

Duque de Caxias, RJ
2019.2





_à todos catadores e catadoras de resíduos sólidos

Índice

introdução	8
argumentação teórica-crítica	12
acesso à terra e ocupação irregular na Baixada Fluminense	12
cidade maravilhosa e zonas de sacrifícios	17
justiça socioambiental x sustentabilidade	23
Plano Nacional de Resíduo Sólidos	29
local de estudo	31
dinâmica de catação	39
política pública para o local	49
conclusão	53
bibliografia	57



Introdução

Analisando a Baixada Fluminense, podemos destacar algumas características estereotipadas de periferia: violência, ocupação e expansão desenfreada, autoconstrução habitacional e urbana e baixa renda social. Para além de estereótipos, é preciso entender historicamente como e o que ocasionou a forma de desenvolvimento dessa malha urbana e de que maneira isso impactou a qualidade de vida dos seus residentes atualmente. Buscando a compreensão para os estereótipos citados acima, investigo a situação atual da Baixada Fluminense, sobretudo em Duque de Caxias, dentro da temática do meio ambiente e qualidade de vida. O objetivo é resolução de problemáticas que se destacam em áreas socio-ambientalmente frágeis, problemáticas essas que são frutos da desigualdade socioespacial e da injustiça socioambiental decorrente das zonas de sacrifício. Como aplicação do estudo, foi escolhido o sub-bairro Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, no qual é descrito como um dos locais mais precários do município em termos de saúde pública, saneamento, infraestrutura, educação e qualidade de vida.

O município de Duque de Caxias contabiliza cerca de 800 indústrias e 10.000 estabelecimentos comerciais¹, também detêm o maior parque industrial do estado do Rio de Janeiro. A área de estudo será o entorno do, atualmente desativado, Aterro Controlado de Jardim Gramacho², localizado no primeiro distrito do município às margens do Rio Sarapuí. O bairro de Gramacho é mundialmente conhecido dentro do debate de meio ambiente por sediar o aterro controlado, que já foi considerado o maior lixão da América Latina. Promovia a atividade de catação de resíduos sólidos, servindo como forma de renda para um pouco mais de 1600 catadores, de acordo com Eduardo Diniz em seu artigo no Jornal da PUC (2018). Em contraponto, através de dados coletados por meio de entrevistas com o presidente da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG), Sebastião Carlos dos Santos, contabilizava-se cerca de 3000 trabalhadores no seguimento da catação antes da desativação do local. A desativação ocorreu por meio do cumprimento da Lei 12.305/2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), em 2012, afetando diretamente as famílias que sobreviviam através da comercialização e recuperação de materiais recicláveis.

Para entender o desenvolvimento urbano da Baixada Fluminense, recorro ao artigo de Lúcia Silva, *Entre Laranja e Gente*, que se aprofunda na história para entender o que impulsionou a ocupação nesse território. A autora traz no primeiro momento, a contextualização da época onde o cultivo de laranjais predominava todo o território Iguassú, atualmente conhecido como Baixada Fluminense. A prática da citricultura era tão forte e importante que na década de 1930 a exportação de laranja chegou a afiançar 37% da arrecadação do estado do Rio de Janeiro, como afirma a historiadora. O crescimento desenfreado dessa economia demandou inúmeras mãos de obra e como consequência, o déficit habitacional local se elevou, suscitando a saturando o mercado da laranja até o seu fim.

¹ (Wikipédia). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Duque_de_Caxias_\(Rio_de_Janeiro\)#Economia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Duque_de_Caxias_(Rio_de_Janeiro)#Economia) Último acesso em 20/março/2019

² O Aterro Controlado também é conhecido e chamado de: (i) aterro metropolitano pela como nome oficial da Associação de Catadores local; (ii) aterro sanitário pelos pesquisadores e teóricos; e (iii) Lixão, Rampão ou Mãe-Rampa, pelos catadores locais.



foto: Franklin Oliveira

Em paralelo ao desenvolvimento demográfico que ocorria na Baixada, no qual mais de 100 mil pessoas se estabeleceram em um período de 20 anos, a cidade do Rio de Janeiro consolidava-se como metrópole. O fenômeno de ocupação ocorrido na Baixada, dito como “periferização”, trata-se de um resultado da metropolização do Rio de Janeiro. Sendo assim, entendes-se que as cidades periféricas se formaram a partir do conjunto de carências em relação à qualidade de vida do núcleo metropolitano. Periferia, nesta visão, passa a ser sinônimo de pobreza, dados os baixos indicadores socioeconômicos das cidades limítrofes ao núcleo metropolitano. Por fim, conclui-se que o processo de ocupação da Baixada Fluminense não foi resultante do declínio da citricultura local, o mesmo já acontecia de forma acelerada antes do fim definitivo do ciclo da laranja. O que de fato impulsionou a ocupação foi uma intenção de lucro em meio ao desenvolvimento capitalista imobiliário que sucedeu a época. Os terrenos próximos às linhas férreas foram os primeiros locais a serem ocupados, e assim as ocupações deram seguimento à malha urbana. As características de uma periferia podem ser reconhecidas, de modo geral, em todo território da Baixada Fluminense, mas que não se trata de uma distribuição mal planejada ou inexistente, e sim de um desenvolvimento capitalista somado à ausência estatal que não contemplava/contempla a classe trabalhadora, resultando em segregação socioespacial.

Mediante as condições de vida que se consolidavam na metrópole, sobretudo de maneira inalcançável para a população de baixa renda, as indústrias que chegavam ao Rio de Janeiro recebiam incentivos públicos para que, junto a essa população, migrassem para a Baixada Fluminense (LIMA e SOUZA, 2014). Isto é, a diligência da implantação de um empreendimento de potencial poluidor está diretamente ligada aos riscos ambientais, sociais e políticos propagados pelos mesmos. Atualmente o território Fluminense detém a maior concentração de atividades industriais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), onde muitas dessas estão localizadas no município de Duque de Caxias.

De maneira geral, os casos analisados transmitem uniformidade no que diz respeito à degradação ambiental em territórios onde predomina a classe social mais baixa. Conclui-se que o que prioriza a escolha do local são as características socioeconômicas do conjunto de indivíduos que lá habitam e que para além de todas as problemáticas sociais e marginalização periférica, a Baixada Fluminense também é exposta aos riscos socioambientais que incidem sobre esse espaço, o qualificando como “zona de sacrifício” da Região Metropolitana, ou seja, uma zona específica onde há exploração, demandada por grupo dominante que através grandes empreendimentos, prejudicam e invisibilizam um grupo social, o determinando como “dominado”.

Diante ao debate, a justiça socioambiental entra como dissolução que nos auxilia a fazer uma leitura crítica sobre a natureza dos problemas ambientais em uma zona de sacrifício (PEREIRA, 2013). De maneira direta, trata-se da divisão equivalente dos riscos socioambientais sobre um território. Considero que a desigualdade/injustiça ambiental trata-se também de desigualdade social à medida que há priorização territorial.

Sendo assim, a escolha de local se deu pela visibilidade negativa que o sub-bairro adquiriu devido ao grande lixão que possuía. Através da atividade de catação e reciclagem, foi a principal forma de renda das famílias locais que nos dias atuais, sobrevivem com R\$11,00 diários por pessoa, de acordo com o levantamento realizado pela ONG TETO³ em 2014. Mesmo desativado, o descarte ilegal de resíduos sólidos ainda ocorre sendo fiscalizado pelo tráfico local. Em entrevista, o presidente da associação de catadores conta que, após o fechamento, o descarte deveria ser feito no aterro da cidade de Seropédica, Zona Oeste do Rio de Janeiro, porém para economizar custo de deslocamento, algumas empresas ainda optam pelo descarte em Jardim Gramacho. O lixão recebia mais de nove toneladas/dia de lixo doméstico, porém também recebia outros tipos de resíduos como, industrial e hospitalar, e por fim, chegou a ser contabilizado mais de um bilhão de litros de chorume despejados ao ano na Baía de Guanabara.

O trabalho se divide em dois eixos, eixo teórico e eixo prático. No eixo teórico, busco ferramentas, através de bibliografias sobre o desenvolvimento da Baixada Fluminense, bem como sua caracterização socioespacial de maneira ampla direcionando o olhar para questões socioambientais. Dentro da perspectiva socioambiental, trago análise que determinam os impactos gerados, por empreendimentos nocivos ambientalmente, no território e em quem habita nele. Já no eixo prático, tenho o objetivo de contrapor tomadas de decisão que desqualifiquem a vida da população de Jardim Gramacho. Para isso é preciso desenvolver uma metodologia de ação para pensar políticas públicas em áreas periféricas que possuam características socioespaciais semelhantes ao bairro.

³ A ONG TETO é uma organização que atua na América Latina através de engajamento comunitário e mobilização de jovens para submeter à pobreza em comunidades precárias.





acesso à terra e ocupação irregular na Baixada Fluminense

O processo de ocupação ganhar maior relevância com o cultivo de laranjas que predominava o território de Nova Iguaçu, antigamente chamado de Maxambomba. O território de Iguaçu era composto por quase todos os municípios atuais da Baixada Fluminense, incluía Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados, São João de Meriti e uma pequena parte do atual Magé. Na segunda década do século VIII, o cenário político de Iguaçu se ramificava em dois partidos: Partido Republicano com o apoio do governo estadual e o Partido Municipal com o apoio do governo federal. Ambos possuíam integrantes envolvidos na produção de laranjas, seja na produção, seja possuindo propriedades onde eram localizadas as plantações.

A prática da citricultura era tão forte e importante que na década de 1930 a exportação de laranja chegou a afiançar 37% da arrecadação do estado do Rio de Janeiro, como afirma a historiadora Lucia Silva em seu artigo “Entre Laranja e Gente: notas preliminares sobre urbanização na Baixada Fluminense” (2017). Era de se esperar que toda a arrecadação financeira potencializasse o desenvolvimento igualitário do território, porém beneficiava apenas o estado, o Distrito Federal e até mesmo impulsionou a especulação de capitais. O Partido Municipal se consolidou no poder executivo onde incorporou as principais lideranças citricultoras consolidando a expansão demográfica local.

A produção incessante dos laranjais demandou parcelamentos dos hectares e mão de obra, SILVA (2017) afirma em seu artigo que, em 1920, a população iguaçuana era de 33.396 habitantes e 20 anos depois passou a ser 140.606, “mas esse crescimento não foi acompanhado pelo número de trabalhadores diretamente envolvidos com a agricultura”. Ocorreu a desproporção de déficit habitacional com o número de pessoas com renda fixa no meio agrícola, suscitando a saturando o mercado da laranja até o seu fim. Em paralelo ao desenvolvimento demográfico que

ocorria na Baixada, no qual mais de 100 mil pessoas se estabeleceram em um período de 20 anos, a cidade do Rio de Janeiro consolidava-se como metrópole. O fenômeno de ocupação ocorrido na Baixada, dito como “periferização”, trata-se de um resultado da metropolização do Rio de Janeiro, ou seja, à medida que a espaços urbanos da metrópole eram afetados pelos investimentos capitalistas, sobretudo pela especulação do solo, a Baixada se consubstanciava como grande periferia, ressaltado por ROSA (2017).

As cidades periféricas assim se formaram a partir do conjunto de carências em relação à economia de aglomeração do núcleo metropolitano. Periferia, nesta visão, passa a ser sinônimo de pobreza, dados os baixos indicadores socioeconômicos das cidades limítrofes ao núcleo metropolitano. Indicadores estes que eram condicionados pela baixa oferta de empregos qualificados, ausências de saneamento básico e infraestrutura urbana, grande número de moradias inadequadas e um conjunto de equipamentos que reforçam o contraste entre o núcleo e sua periferia. (ROSA, 2017, p. 276).

O custo de vida para habitar no núcleo metropolitano elevou-se “aos montes” por conta das grandes investidas capitalistas no local, fazendo com que não houvesse alternativa para população de baixa renda, a não ser o deslocamento para áreas distantes e precárias, onde não existia sequer infraestrutura que promovesse condições de habitabilidade digna. Vale ressaltar que antes da Região Fluminense se estabelecer como “Baixada”, o subúrbio do Rio também se formava às margens das linhas férreas (1858-1969). Houve grande incentivo da cidade metropolitana para expansão urbana, visto que os loteamentos encontrados no entorno das estações eram “baratos e abundantes” (SILVA H. , 2017). Pode-se afirmar que o projeto de construção e expansão das vias férreas trazia consigo a intenção de ocupar terras distantes, uma vez que possuía um percurso com destinação final.

argumentação teórica-crítica



foto: Fé com Obras

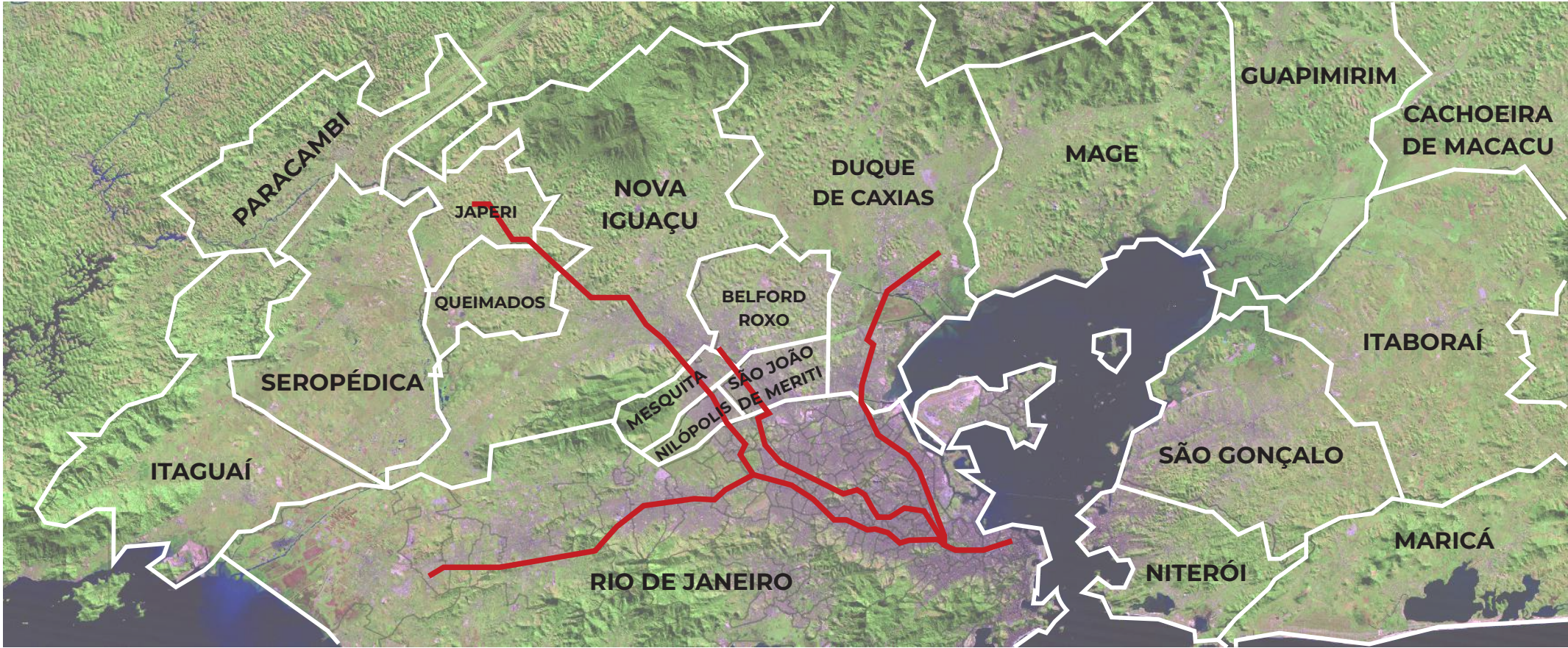
Faz-se importante ressaltar, ainda de acordo com SILVA (2017), que o processo de ocupação da Baixada Fluminense não foi resultante do declínio da citricultura local, o mesmo já acontecia de forma acelerada antes do fim definitivo do ciclo da laranja. Viu-se uma oportunidade de ganho por meio da renda imobiliária, através das terras abundantes e ofertas baratas no território Fluminense como um todo. Sendo assim, o que de fato impulsionou a ocupação foi uma intenção de lucro em meio ao desenvolvimento capitalista imobiliário. Essa investida capitalista já acontecia antes do mercado da citricultura, mas com seu fim, as ocupações se intensificaram consideravelmente. Os terrenos próximos às linhas férreas foram os primeiros locais a serem ocupados, e assim as ocupações deram seguimento à malha urbana.

As características de uma periferia podem ser reconhecidas, de modo geral, em todo território da Baixada Fluminense, mas que não se trata de uma distribuição mal planejada ou inexistente, e sim de um desenvolvimento capitalista somado à ausência estatal que não contemplava/contempla a classe trabalhadora, resultando em uma segregação socioespacial. No mapa a seguir, nota-se importância das linhas férreas na evolução urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no decorrer de três décadas.

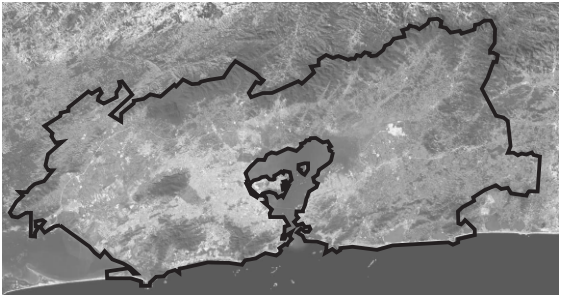
evolução urbana

foto: Silvia Izquierdo

1984

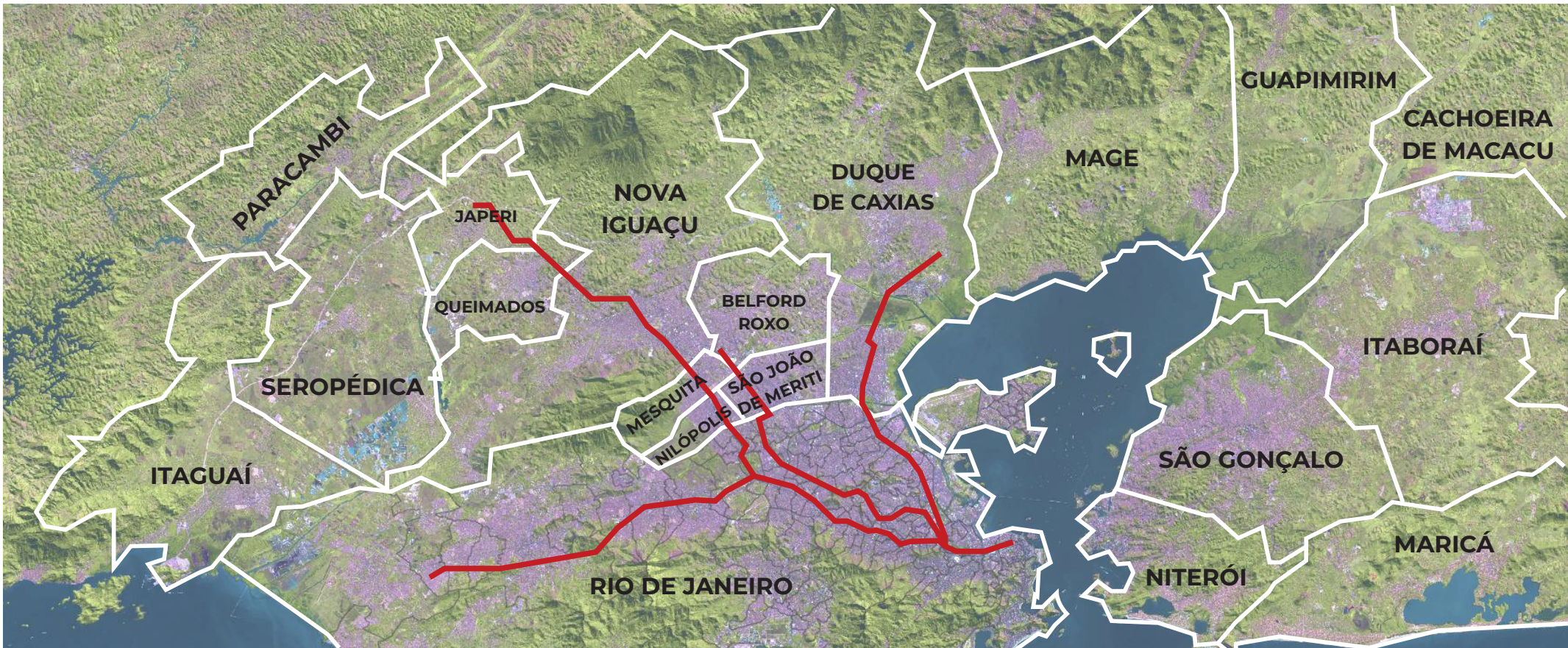


Região Metropolitana do Rio de Janeiro



linhas férreas

2016



SEM ESCALA



Mapa do desenvolvimento urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1984 a 2016. O mapa contempla os cinco ramais principais da Super Via. Fonte de dados: Prefeitura do Rio de Janeiro. Mapeamento pela web. In: Arcgis, acessado em: 23/05/2019.

No mapa é possível reconhecer a cidade do Rio de Janeiro como ponto central das ocupações territoriais, e, por conseguinte, o crescimento da malha para áreas mais distantes. Vimos que as ocupações nessas áreas afastadas foram resultantes do processo de urbanização que acontecia na metrópole. Esse modo de planejar cidade é excludente, uma vez que não contempla a classe trabalhadora, sendo praticado por meio de ideais capitalistas. Como resultante, desenvolve-se concentrado apenas na elite, beneficiando a mesma com investimentos, por exemplo, de infraestrutura adequada, equipamentos urbanos, parques, entre outros, resultando no encarecimento de terras. O planejamento inadequado obriga a classe mais pobre a migrar para regiões distantes e escassas desses investimentos, afastando e segregando os mesmos como afirma Keli de Oliveira Silva, em seu artigo “A periferização causada pela desigual urbanização brasileira”.

A periferia surge quando ocorre uma alta elevação do valor dos terrenos do centro da cidade, fazendo com que os moradores com menor poder aquisitivo procurem moradias com valores acessíveis, porém, em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura. Esse processo está relacionado a dinâmica das cidades, elas crescem e não agregam todos os moradores de forma semelhante, sua expansão causa a expulsão dos pobres do centro e os segrega em regiões pouco desenvolvidas. (SILVA K. O., 2006)

A população de baixa renda deslocava-se e instalava-se ao decorrer das linhas férreas, seguindo o sentido do que hoje é reconhecido como Baixada Fluminense. Deparava-se com terrenos vastos, e em algumas das vezes, minimamente organizados em loteamentos formando quadras. Apesar existir uma pequena intenção de organização no que diz respeito às delimitações dos terrenos, não havia fiscalização do governo municipal para houvesse regulamentação dos mesmos e assim seus compradores pudessem ser considerados donos dos lotes perante a legislação local, gerando informalidade. Isto é, compra era realizada por meio de negociação diretamente entre o vendedor e comprador, em alguns casos era feito uma documentação com o objetivo de transferir a posse de uma pessoa para outra.

Ainda sob a ausência do governo, a população se viu obrigada, de maneira autônoma, a solucionar a questão da falta de moradia através da autoconstrução, mesmo sem o conhecimento necessário para tal ação. Muitas das vezes, as construções não possuíam qualidade habitacional de modo a suprir as necessidades de uma família. Podemos afirmar que a falta de conhecimento específico foi e é um dos fatores para a construção de moradia inadequada, e somada a isso, o fator econômico dos habitantes, sobretudo foi desse modo que os habitantes de menor poder aquisitivo solucionaram a falta de moradia. Até os dias atuais é perceptível esse modo de produzir habitação se olharmos para áreas mais empobrecidas de uma cidade. Por fim, pode-se afirmar que existe uma relação direta entre informalidade habitacional versus classe social, uma vez que o governo se omitia perante a questão de regularização de terras e moradia, deixando que a população resolvesse por si só essa problemática.

A informalidade pode gerar diversos agravantes dentro de um território, no caso da Baixada Fluminense a qualifica como zona de sacrifício devido ao grande quantitativo de empreendimentos de potencial poluidor. Isso por que as indústrias que chegavam ao Rio de Janeiro, na época dos investimentos urbanos, recebiam investimentos públicos para que fossem instaladas nos territórios mais distantes, onde se concentravam a classe trabalhadora (LIMA e SOUZA, 2014). A escolha da localidade de implantação dessas indústrias está diretamente ligada aos riscos ambientais, sociais e políticos propagados pelas mesmas uma vez que são altamente poluidoras. Sendo assim, esses empreendimentos instalaram-se nas áreas mais pobres, como por exemplo, na Baixada, para que não pudesse prejudicar a elite da cidade.



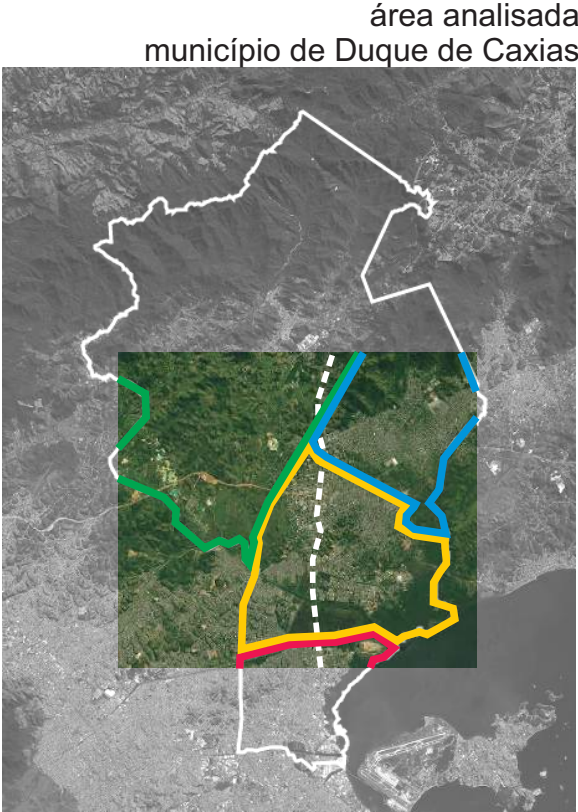
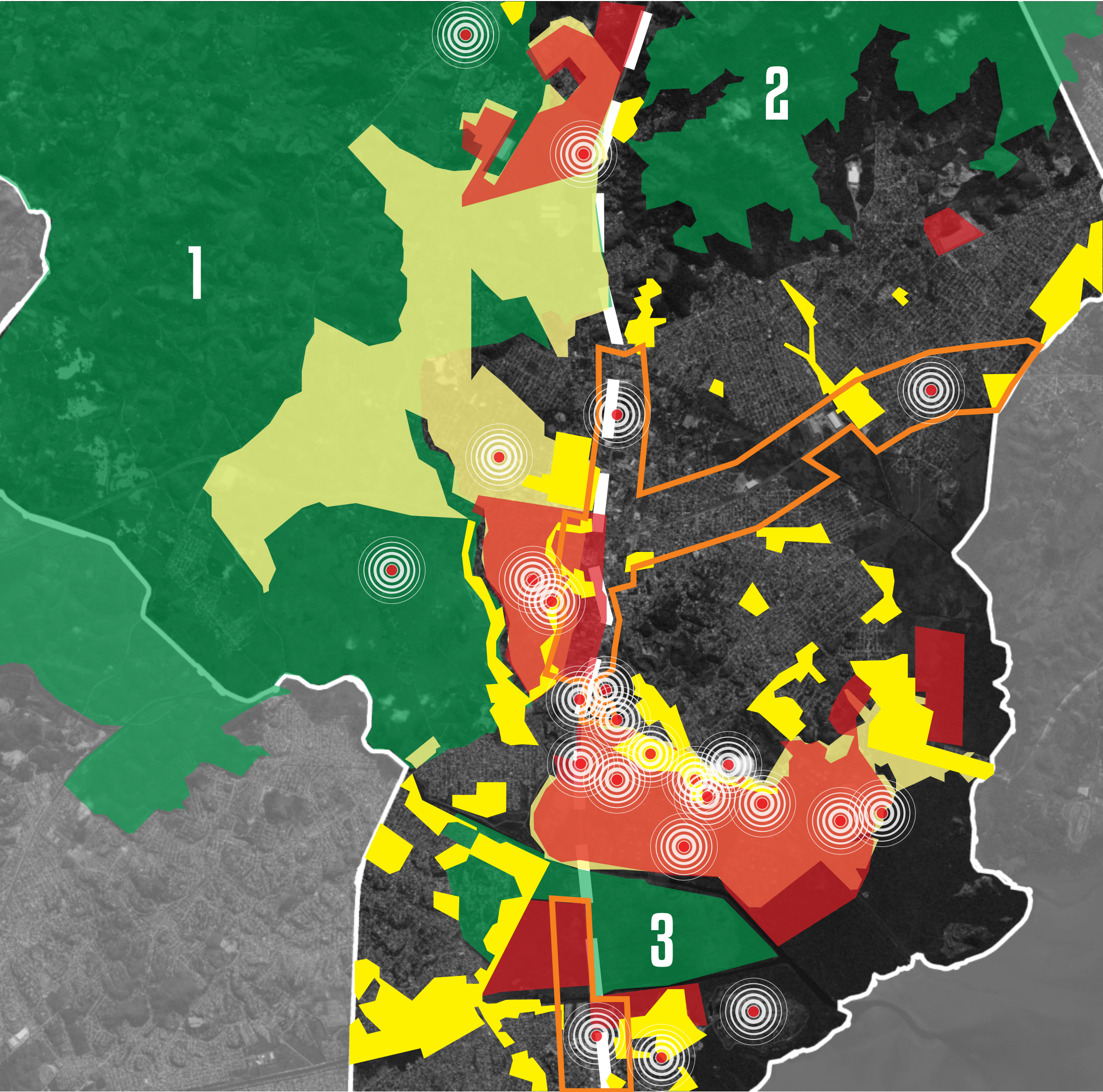


cidade maravilhosa e zonas de sacrifícios

Atualmente o território Fluminense detém a maior concentração de atividades industriais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), onde muitas dessas estão localizadas no município de Duque de Caxias. O município citado tem como principais segmentos industriais os setores químico e petroquímico fomentado pela segunda maior refinaria do país, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), localizada no segundo distrito de Caxias. Os setores de metalúrgica, gás, plástico, mobiliário, têxtil, vestuário e de logística também são notados em toda distribuição do parque industrial. Devido a essas atividades, Duque de Caxias detém o segundo maior produto interno bruto (PIB) do país, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. De acordo com levantamento do IBGE o PIB de Duque de Caxias foi de R\$44.939,65 em 2016 e o Rio de Janeiro, R\$50.690,82 também no mesmo ano.

Duque de Caxias desenvolve-se através do interesse capitalista invisibilizando a população e seu direito de qualidade de vida. Sendo a cidade mais populosa da Baixada Fluminense, há grandes contrastes sociais resultando em espaços desiguais, vulneráveis e expostos a múltiplas esferas poluidoras. Também detém mais de 800 indústrias de múltiplos setores registradas legalmente. No Mapa de Impacto Industrial, localizado na página 18, podemos analisar a sobreposição das áreas de maior precariedade identificadas no Plano Diretor Municipal de 2006, as ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) versus áreas de investimentos industriais.

impacto
industrial



- 1º distrito - Duque de Caxia
 - 2º distrito - Gramacho
 - 3º distrito - Saracuruna
 - 4º distrito - Xerem
 - rodovia W. Luiz
 - ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
 - ZEN - Zona Especial de Negócio
 - SI-ZI - Setor Industrial da Zona Industrial
 - faixa de 600m ao longo das rodovias
 - 1 - APA Alto Iguaçu; 2 - APA de Petrópolis; 3 - APA São Bento
 - área de contaminação
- 0 2 4KM
- N

Sobreposição de áreas ambientalmente fragilizadas vs. áreas de vulnerabilidade habitacional.
Fonte dos dados: Gerência de Planejamento Urbano - GPU/SMPHU - Duque de Caxias, 2006.

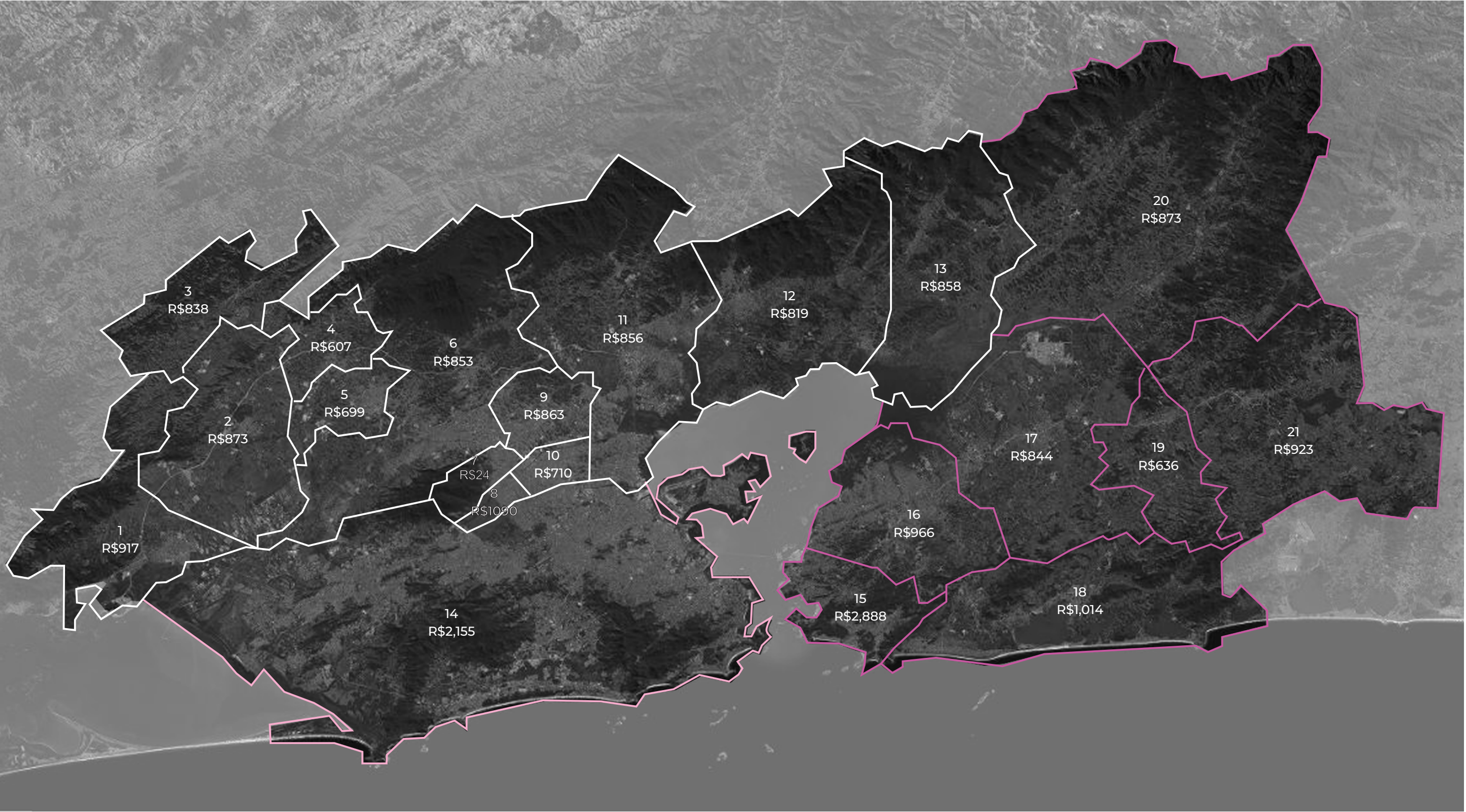
Para entender o mapeamento é preciso a compreensão do que representa esses zoneamentos: (i) as ZEIS (Zonas Especial de Interesse Social) são áreas de irregularidade onde se concentram população de baixa renda. Seu intuito é garantir a produção de habitações social no local, bem como a regularização fundiária e direcionamento de investimentos e políticas públicas. Duque de Caxias reconhece 53 ZEIS no total; (ii) ZEN (Zona Especial de Negócios), propícias para desenvolvimento industrial e comercial, o Plano Diretor Municipal de 2006 prevê 10 zonas ao todo para esse tipo de investimento, sendo seis apenas para indústrias; (iii) SI-ZI (Setor Industrial da Zona Industrial), trata-se um distrito industrial, para além das Zonas de Negócios, que prioriza o desenvolvimento industrial; (iv) o município dispõe do Decreto Nº 4.889 que possibilita mais implantações de uso industrial à margem da Rodovia Washington Luiz em um perímetro de até 600 metros das suas margens; (v) por fim, as APAs (Área de Preservação Ambiental) tem intuito de conservar e proteger o ecossistema. Podem ser legislações cunho federal, estadual ou municipal.

O Mapa de Impacto Industrial afirma o posicionamento vulnerável da população de baixa renda, uma vez que o Caxias possui apenas uma definição para áreas de interesse social generalizando os diferentes territórios. Observando as 44 ZEIS destacadas no mapa, nota-se que elas estão sobre diferentes pontos que possuem distintas especificidades socioespaciais, tonando a generalização falha. Ainda sobre a localização das ZEIS, constata-se que os residentes estão em áreas inadequadas para habitação, visto que há interseções com o Setor Industrial e ZEN onde ocorre alta liberação de poluentes químicos, contaminando o solo, o ar e os canais fluviais. Identifica-se que também há Zonas de Interesse Habitacional e Zonas Industriais coincidindo com as APAs prejudicando e contaminando a ecologia regional. Torna-se clara a prioridade de desenvolvimento que o Plano Diretor de 2006 propõe, seguindo as preposições que o capitalismo impõe nas cidades. Neste contexto a desigualdade social, ambiental e econômica se agrava à medida que o lucro sobrepõe o direito da vida dos residentes na Baixada Fluminense.

Investigando outros municípios que compõem a Baixada Fluminense, é possível identificar o padrão industrial, setores como o de cosméticos e alimentícios, por exemplo, as empresas Embelleze, Nielly Cosméticos, Indústrias Grafino estão localizados em Nova Iguaçu. Assim como Duque de Caxias, o município de Queimados, que possui um distrito industrial inaugurado em 1976, é dito como uns dois mais importantes do estado devido a sua localização próximo às rodovias, Presidente Dutra e Arco Metropolitano, e também da cidade e dos Portos do Rio de Janeiro, de Itaguaí e de São Paulo.

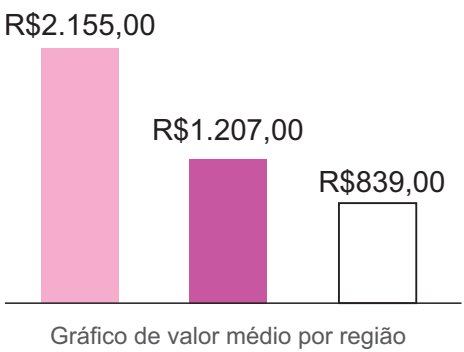
De acordo com o levantamento do PIB per capita realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2016, o Rio de Janeiro obteve R\$50.690,82, já com o somatório de todos os 13 municípios, a Baixada obteve o total R\$317.815,5, onde R\$44.939,65 pertencia à Duque de Caxias. Na página 20 temos um mapa com dados levantados pela Casa Fluminense para que possamos entender como a atividade econômica dos municípios influencia na renda mensal de seus cidadãos.

renda mensal por pessoa



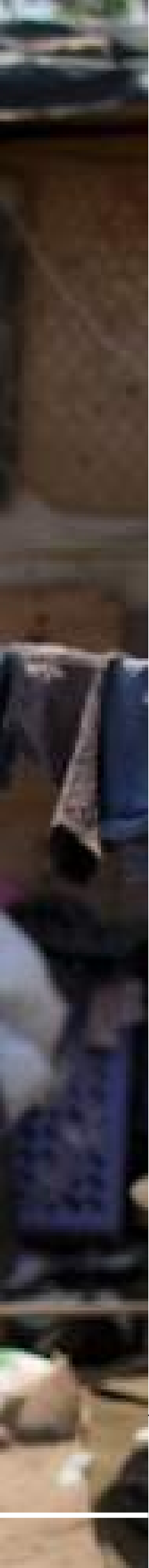
- baixada fluminense
- 1 - Itaguaí
 - 2 - Seropédica
 - 3 - Paracambi
 - 4 - Japeri
 - 5 - Queimados
 - 6 - Nova Iguaçu
 - 7 - Mesquita
 - 8 - Nilópolis
 - 9 - Belford Roxo
 - 10 - São João de Meriti
 - 11 - Duque de Caxias
 - 12 - Magé
 - 13 - Guapimirim

- leste metropolitano
- 14 - cidade do Rio de Janeiro
 - 15 - Niterói
 - 16 - São Gonçalo
 - 17 - Itaboraí
 - 18 - Maricá
 - 19 - Tanguá
 - 20 - Cachoeiras de Macacu
 - 21 - Rio Bonito



Adaptação do Mapa 07 da série de Mapas da Desigualdade, produzidos pela Casa Fluminense, em 2017. Tema: Pobreza e Renda
Fonte dos dados: Censo 2010/IBGE, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), data-base: dezembro de 2015.





Aos analisarmos o mapeamento juntamente ao gráfico, nota-se uma contradição no que diz respeito ao índice de renda por pessoa na RMRJ. Perante o uso industrial reafirmado no Baixada Fluminense somado a sua arrecadação, era de se esperar que seus residentes pudessem dispor de seus lucros e que a qualidade de vida fosse equiparada à da cidade do Rio de Janeiro. A desigualdade reafirma a manobra capitalista que marginaliza, segrega e usufrui do território e de sua população. Para além de carregar todas as problemáticas sociais e marginalização periférica, também é exposta aos riscos socioambientais que incidem sobre esse espaço, o qualificando como “zona de sacrifício” da Região Metropolitana, ou seja, uma zona específica onde há exploração, demandada por grupo dominante que através grandes empreendimentos, prejudicam e invisibilizam um grupo social, o determinando como “dominado”.

A expressão “zonas de sacrifício” é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que se observa uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorecem escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas. (VIÉGAS, 2006, p. 4)

Em seu artigo, o sociólogo Rodrigo Viégas (2006) debate a desigualdade ambiental através de três estudos de caso qualificados como zona de sacrifício, dois deles estão localizados na Baixada Fluminense, são eles: o município de Itaguaí, o bairro de Santa Cruz, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e por último, o município de Nova Iguaçu. O artigo traz uma análise crítica sobre como as implementações de empreendimentos poluidores podem fragilizar e desestabilizar ambientalmente um território.

O primeiro exemplo é o município de Itaguaí, onde há grande incentivo para instalações de empresas de porte multinacional devido à isenção de tributos. Vale ressaltar que o mesmo foi escolhido para sediar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE)⁴ e também para conceber e distribuir as cargas de produção do distrito de Santa Cruz. O segundo exemplo traz a maior área industrial da cidade do Rio de Janeiro, Santa Cruz, que possui dois distritos industriais, de Paciência e de Palmares. A maior agressão ambiental nesse caso, assim como toda a Zona Oeste, está na ausência de saneamento básico, como manejo propício do esgoto, o que acarreta a contaminação dos rios e afluentes locais. O último caso, em Nova Iguaçu, possui dois locais de destinação de poluentes tóxicos, o lixão de Marambaia e o aterro sanitário de Adrianópolis. Com aval do poder executivo, o lixão de Marambaia recebe, desde 1980, resíduos variados, como hospitalares, industriais e domésticos. Os dois locais se encontram bem próximos à Reserva Biológica do Tinguá.

De maneira geral, os casos analisados transmitem uniformidade no que diz respeito à degradação ambiental em territórios onde predomina a classe social mais baixa, afinal, vale ressaltar que não encontramos esses tipos de descartes desenfreados em locais denominados “nobres”. Conclui-se então que o foco de implantação desses grandes empreendimentos poluidores é mascarado com a expectativa de desenvolvimento econômico dos territórios, que por sua vez são áreas de extrema precariedade, ou seja, o que prioriza a escolha do local são as características socioeconômicas do conjunto de indivíduos que lá habitam.

Zona de⁴Processamento de Exportação (ZPE) é um distrito industrial onde empresas trabalham com suspensão de impostos, liberdade cambial e procedimentos administrativos. Existem 24 ZPE em funcionamento autorizadas pelo Governo Federal.

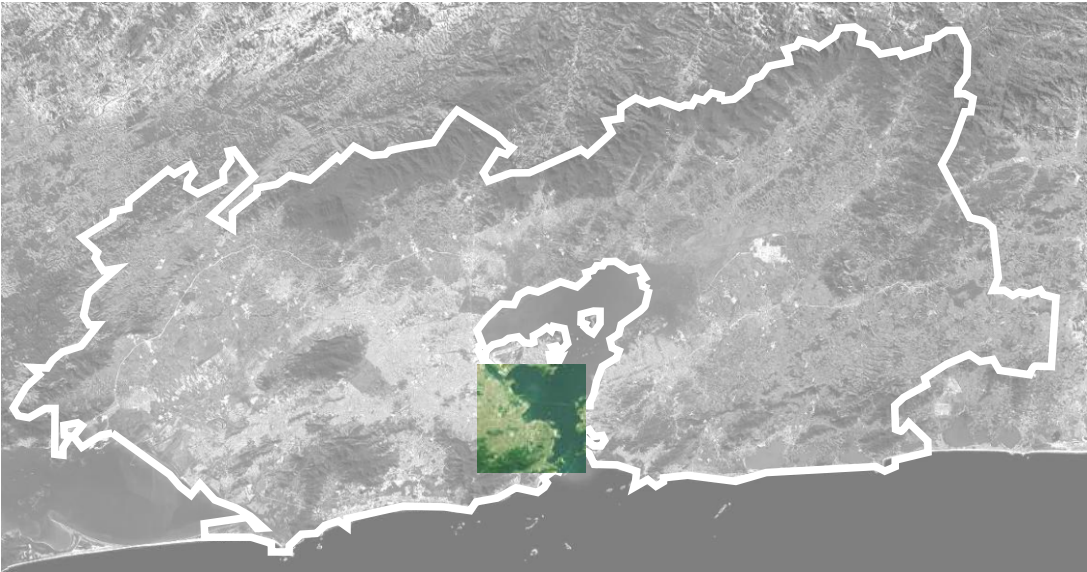
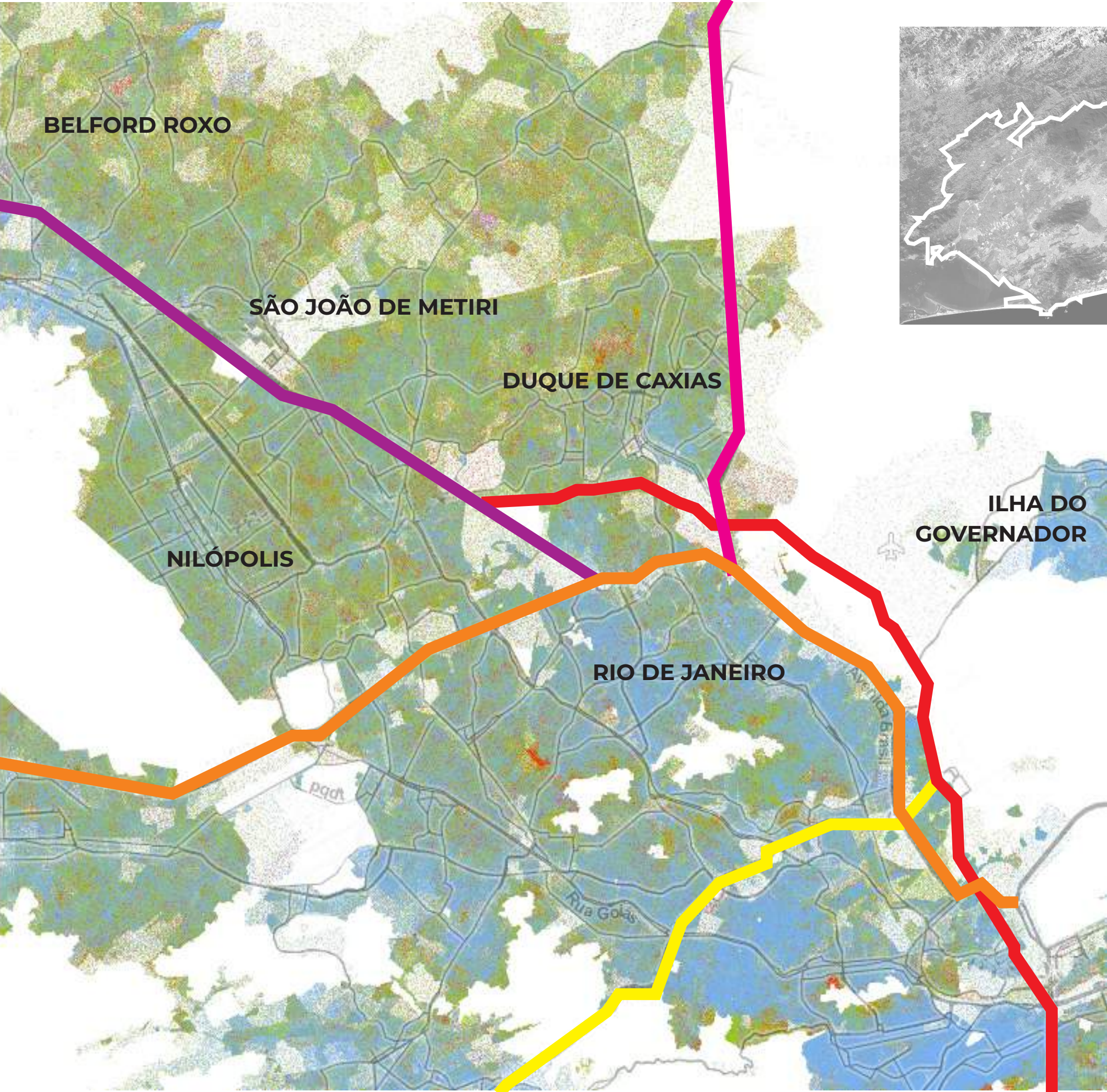
justiça socioambiental x sustentabilidade

Como já mencionado, o objetivo do trabalho é tratar a justiça socioambiental na Baixada Fluminense, faz-se necessário estudar questões de degradação ambiental dos espaços, mas também, como complemento, quais são as minorias e de que maneira são afetadas por esses investimentos capitalistas. Existe uma relação quando falamos sobre periferias e negros, historicamente assegurada pelos europeus que, pós-libertação da escravidão no Brasil (1888), não deixaram alternativa para os negros a não ser a ocupação em favelas e/ou cortiços, afirma a geógrafa Dhione Andrade Figueredo (2014).

No Mapa Racial, produzido pela plataforma Patadata⁵, temos a distribuição racial no território do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana (RMRJ). Nota-se a desproporção na sobreposição de raça versus espaços periféricos, em que a área central da RMRJ apresenta predominância de pessoas brancas, exceto nas favelas. Já quando olhamos para a Baixada Fluminense, percebemos a ascendência de pessoas pardas e logo, de pessoas que se declaram negras. Vale ressaltar que estamos em um período que a cada dia o movimento de militância étnica se estrutura, fortalece e se empodera, auxiliando cada vez mais o autoreconhecimento e autonomia do individual e do coletivo. O mapa se torna interativo, e pode estar em constante atualização à medida que ocorrem novas declarações, sejam elas em novos territórios, sejam de autoreconhecimento de etnia.

⁵ Plataforma online que mapeia a distribuição racial no Brasil a partir do censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O mapa conta com certa de 190 milhões de pontos que representam pessoas e são identificadas pela autodeclaração de raça. **A c e s s í v e l** e m <http://patadata.org/maparacial/#lat=-22.908781&lon=-46.638889&z=11&o=t>

1 ponto por pessoa: mapa racial



- rodovia W. Luiz
- rodovia P. Dutra
- av. Brasil
- linha vermelha
- linha amarela
- branco
- pardo
- preto
- amarelo
- indígena



SEM ESCALA

Mapa Interativo Racial do Brasil baseado em autodeclaração onde cada pessoa está representa por um ponto.
Fonte de dados: Patadata, 2015.
**Devido a escala do desenho, os pontos se tornaram manchas.*

Agregado às perspectivas de classe e raça, ressalto a necessidade do reconhecimento da desigualdade de gêneros nesses espaços vulneráveis, sobretudo das mulheres negras e indígenas. Em 2018 o IBGE realizou, através do suplemento “Outras Formas de Trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua”, um levantamento contabilizando as horas de afazeres domésticos, incluindo o cuidado dos filhos/dependentes. A pesquisa revelou que mulheres dedicam 21,3 horas/semana, já os homens dedicam apenas 10,9 horas. Os dados ainda indicam que a jornada de trabalho formal não implica na justaposição de horas aplicadas em tarefas domésticas por mulheres, sendo 8,2 horas a mais que os homens em tarefas domésticas, além da jornada de trabalho.

Destaco como uma das problemáticas a exposição aos meios poluidores, visto que as mulheres são responsabilizadas pelas atividades domésticas. Em outros termos, o machismo instituído que condena a mulher ao confinamento do lar também a submete incessantemente, junto aos filhos e dependentes, a riscos ambientais. Tavares e Helene (2018), arquitetas urbanistas, citam em seu texto⁶ alguns impactos característicos das mulheres residentes da Baixada Fluminense: a inadequação ou ausência de saneamento básico refletido nos riscos à água contaminada e a falta de banheiro adequado para suas necessidades básicas, a deixando exposta e vulnerável; e a vulnerabilidade social e urbana, onde seu território é ameaçado pela implantação dos empreendimentos, obrigando-as mudarem para áreas de risco geográfico, como beira de rios.

Se analisarmos mais profundamente o cenário urbano percebemos que os aspectos apontados anteriormente estão diretamente associados à limitação da autonomia das mulheres, principalmente ao analisarmos como a reprodução das tarefas de sua vida cotidiana está profundamente articulada ao território ao qual habitam. (TAVARES & HELENE, 2018)

Seguindo o pensamento anterior, evidencio também a violência contra as mulheres indígenas e quilombolas como principal ato de repressão e desmoralização das comunidades, praticadas para usurpar territórios e sobreposição de poder. O estado com a segunda maior população indígena do Brasil, com aproximadamente 72 mil pessoas, Mato Grosso do Sul contabilizou um aumento 495% de casos de violência contra a mulher indígena entre os anos de 2010 a 2014 (Instituto PACS, 2017).

⁶ Como os problemas socioambientais nas cidades impactam a vida das mulheres? (TAVARES & HELENE, 2018). Acessível em <<https://casafluminense.org.br/tribunarioporinteiro-como-os-problemas-socioambientais-saneamento-basico-nas-cidades-impactam-vida-das-mulheres/>>



O debate sobre impacto socioambiental em zonas de sacrifício se torna árduo ao compreendermos a dimensão dessa discussão, porém, através das literaturas selecionadas, obtive algumas compreensões que nortearam o próximo tema de debate, são elas: a relação do local de implantação com as minorias; a incidências dos empreendimentos na vida da população que mora no entorno; e a articulação do governo do que diz respeito à vida da população de baixa renda, seja nos incentivos fiscais para as indústrias, seja na omissão de políticas públicas que abranja a minoria oprimida.

Busquei historicamente como surgiu o "desenvolvimento sustentável" com o objetivo de entender a necessidade de lidar, de forma mais consciente, com a natureza e seus recursos. O termo começou a ser pensado a partir da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1972 na Suécia. Acreditava-se, já na época, que sustentabilidade significava consumo mais consciente do planeta, isto é, um equilíbrio entre suprir a demanda do homem e sem dilapidar seus recursos da natureza. Após a conferência, em 1987, desenvolveu-se o Relatório Brundland⁷, "Nosso Futuro Comum", o qual foi o primeiro documento que instituiu o conceito de sustentabilidade.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (BRUNDTLAN, 1987)⁸

Apesar dessa definição do tema, não há uma concordância universal sobre a utilização dos recursos naturais. Há a linha de ambientalistas conservadores que acreditam que é preciso uma total interrupção na exploração dos recursos naturais. Em contra partida, há outra linha que acredita, assim como dito no Relatório Brundtland, que é possível estabelecer um equilíbrio entre o mercado de produção e a exploração da natureza, através de uma produção e consumo mais "limpo". Já na cartilha produzida pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) impõe outro segmento de pensamento:

Outra abordagem sobre a problemática ambiental afirma que o problema central não é o fato dos "recursos" serem finitos, mas a apropriação indevida da natureza, que resulta em impactos negativos para os grupos sociais e étnicos mais despossuídos: as mulheres e as populações negras, tradicionais e indígenas. [...] Não são os recursos que são escassos, as necessidades das corporações e do Estado que as apoia é que são ilimitadas. (Instituto PACS, 2017, p. 20)

⁷ Acessível em <<https://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.html>>

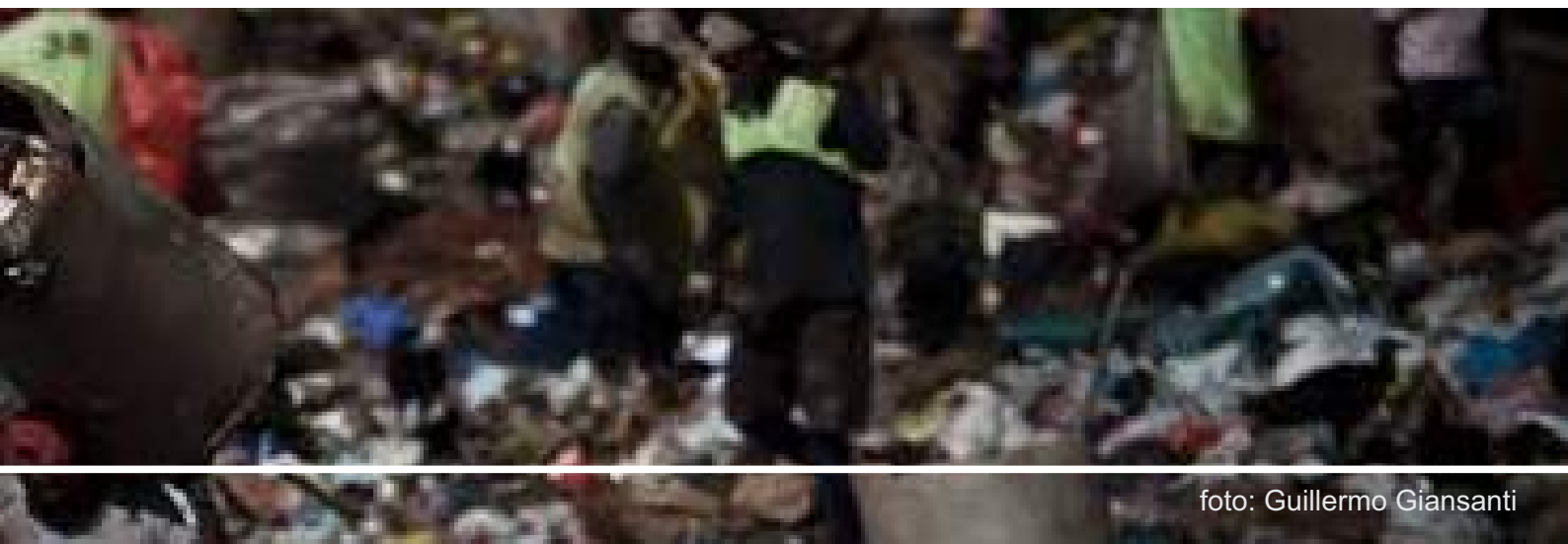
⁸ Traduzido por Tatiana Cotta Gonçalves Pereira. In: Sustentabilidade e Justiça Socioambiental na Baixada Fluminense (2013)



É possível notar, apesar das contraposições de pensamentos, um núcleo que circunda as tentativas de solucionar os impactos causados pela exploração de recursos, o consumo. A necessidade de repensar a escassez de recursos é gerada pelo desenvolvimento econômico capitalista que influencia o consumo material e imaterial, baseado em um discurso determinante onde o indivíduo é definido a partir de insatisfações de desejo do que tem e do que consome. Vale repensar os valores que nossa sociedade se estabeleceu, em que um alto nível de consumação, impregnado pela prática industrial, é o principal eixo do capitalismo que nos rodeia. Por fim, não existe, de forma consensual, uma definição sobre o significado de sustentabilidade, mas sim um norte universal que prioriza a proteção dos recursos naturais do planeta.

Mediante ao debate, a justiça socioambiental entra como dissolução que nos auxilia a fazer uma leitura crítica sobre a natureza dos problemas ambientais em uma zona de sacrifício (PEREIRA, 2013). Trata-se de lidar com as questões ambientais, olhando diretamente para o território que a encontramos, através da consciência que problemáticas ambientais possuem diferentes diagnósticos e distintos impactos de acordo com sua localização.

Vimos na problemática anterior a respeito sobre os grandes poluidores ambientais estarem localizados em áreas de precariedade extrema, onde o fator determinante para a escolha do local seja a coloração da pele dos residentes e a classe social que pertencem. De maneira direta, justiça socioambiental é a divisão equivalente dos riscos socioambientais sobre um território (FERRAZ, 2017). Considero que a desigualdade/injustiça ambiental trata-se também de desigualdade social à medida que há priorização territorial. Para que haja distribuição espacial justa, de maneira efetiva, é preciso a inclusão da população na tomada de decisão pertinente ao território que vivem, uma vez que serão afetados diretamente pelos impactos gerados pelo “desenvolvimento”. Isto é, desde a formulação de EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança), previsto no art. 36 do Estatuto da Cidade (Lei 10.257-2001), até articulações de políticas públicas integradoras que investiguem os fatores atingidos por essas implementações, sejam as áreas periféricas urbanas ou rurais, seja a população.



Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é uma Lei Federal 12.305, sancionada em 2010, no qual visa o gerenciamento de resíduos sólidos descartados em aterro sanitário a partir de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, bem como a responsabilização dos geradores desses resíduos sólidos. O documento prevê a elaboração de Planos em diversas esferas governamentais, como, Plano de Resíduos Sólidos Estadual, Regional, Intermunicipal e Municipal. O que difere a Política Nacional de Resíduos Sólidos do Plano de Resíduos Sólidos é que o primeiro é usado como direcionador para implementação do segundo, subsidiando meios para o desenvolvimento, aplicação e concretização do mesmo.

O PNRS conceitua palavras-chaves importantes no que diz respeito ao assunto, são esses: (a) acordo setorial – contrato que firma a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de um produto; (b) área contaminada – local contaminado pela disposição de um resíduo; (c) área órfã contaminada – local contaminado onde não há responsável identificado; (d) ciclo de vida do produto – etapas de desenvolvimento de um produto, desde sua produção à sua disposição final; (e) coleta seletiva – coleta de resíduos previamente separados conforme sua composição; (f) controle social – mecanismos que garantem à população informações e participação relacionadas à resíduos sólidos; (g) destinação final ambientalmente adequada – destinação de maneira a minimizar os impactos ambientais nocivos causados pelo resíduos sólidos; (h) disposição final ambientalmente adequada – distribuição ordenada de rejeitos em aterros; (i) geradores de resíduos sólidos – qualquer indivíduos, seja pessoa física ou jurídica, público ou privado, que gere resíduo sólido; (j) gerenciamento de resíduo sólidos – conjuntos de ações exercidas no gerenciamento de descarte de resíduos; (k) gestão integrada de resíduos sólidos – ações com objetivo de buscar soluções para os resíduos sólidos; (l) logística reversa – instrumento socioeconômico que viabilizam coleta e a restituição de resíduos sólidos no setor empresarial; (m) padrões sustentáveis de produção e consumo – produção e consumo de

bens e serviços que atendam as necessidades da atual geração sem comprometer ou prejudicar o ambiente e as necessidades das gerações futuras; (n) reciclagem – processo de transformação de resíduos sólidos alterando de sua propriedade resultando em nova função; (o) rejeitos: resíduos sólidos no qual se esgotaram todas as possibilidades usuais, restando apenas a disposição final ambientalmente adequada; (p) resíduos sólidos – material resultante de atividade humana possível de ser reaproveitado; (q) responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos – atribuição de responsabilidade à todos geradores de resíduos sólidos; (r) reutilização – processo de aproveitamento de resíduo sólido sem sua transformação biológica. Incluo aqui a conceituação da palavra “lixo” dito por Sebastião Carlos dos Santos em entrevista com João Soares, onde ele afirma que lixo é aquilo que não pode ser reciclado ou reaproveitado.

No que diz respeito aos seus objetivos, a Lei estabelece 15 no total. Entre esses, está a ordem de prioridade de geração de resíduos que consiste em: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento, disposição final ambientalmente adequada. Isto é, tudo pertinentes à resíduos sólidos, desde políticas públicas ao consumo de um produto, deve seguir a ordem de prioridade partindo da não geração do mesmo, caso aconteça, segue para a redução e assim sucessivamente.

A PNRS prevê 18 instrumentos em múltiplas esferas, como o já citado Plano de Resíduos Sólidos, o incentivo à coleta seletiva e reciclagem, educação ambiental, incentivos fiscais, acordos sensoriais, logística reversa, entre outros. Sendo assim, explicarei os mais pertinentes à esta pesquisa, começando por logística reversa que está diretamente ligada à coleta seletiva. De modo geral, tem como objetivo o retorno de embalagens dos produtos para seus fornecedores após o consumo, se fazendo necessárias a coleta e separação de resíduos sólidos. Para que isso aconteça é preciso o compromisso tanto do fornecedor quanto do consumidor. No caso das empresas, há a responsabilidade de se atentar à destinação final de seus produtos para que haja a recuperação e reaproveitamento dos mesmos. Já os consumidores tem a responsabilidade de devolver as embalagens às empresas, podendo ser tratado por meio de acordos setoriais e termos de compromissos com o poder público.

Outro instrumento importante para esse trabalho é o incentivo a criação de cooperativa de catadores de resíduos sólidos. De acordo com o Relatório de Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), os catadores de resíduos sólidos são responsáveis por 90% dos materiais reciclados no Brasil. Essa iniciativa prevê medidas para alavancar a reciclagem do país, bem como a valorização das atividades. Também prevê a organização e estruturação das cooperativas para melhores condições de trabalho, de modo a valorizar o mercado de reciclagem e seus envolvidos.

A Lei tinha como objetivo o fechamento dos lixões até o ano de 2014, onde até então já estaria sendo exercido o gerenciamento de descarte de resíduos proposto na mesma. Atualmente é possível notar que esse objetivo não foi alcançado, uma vez que ainda existem lixões ativos sem o mínimo de tratamento e condições salubres de trabalho. De acordo com a Jornalista Sucena Shkrada Resk em seu artigo no Blog Cidadãos do Mundo, existem cerca de 3.000 lixões e aterros por todo o Brasil distribuídos por 3.331 municípios, onde estes recebem cerca de 30 milhões de toneladas de resíduos por ano. Existe um projeto de lei, ainda em análise, que tem o objetivo de regulamentar os lixões para que se tornem aterros sanitários até em 2024, mas o que diz respeito à Política Nacional de Resíduos Sólidos o prazo de aplicabilidade foi prorrogado até 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

⁹ Como os problemas socioambientais nas cidades impactam a vida das mulheres? (TAVARES & HELENE, 2018). Acessível em <<https://casafluminense.org.br/tribunarioporinteiro-como-os-problemas-socioambientais-saneamento-basico-nas-cidades-impactam-vida-das-mulheres/>>





Local de
estudo



Esse capítulo tem por foco examinar espacialmente o sub-bairro Jardim Gramacho, a partir da relação territorial com, o atualmente desativado, Lixão, a fim de entender se há, ou não, importância em manter as atividades socioeconômicas ali exercidas. O propósito é compreender os impactos que circundam a existência desse local, sejam as nocividades ambientais, os reflexos sociais e/ou os impactos da desativação na vida da população ligada diretamente ao aterro. Para isso divido esse capítulo em três partes, onde a primeira é a investigação e análise histórica do bairro Gramacho, de maneira geral, e do lixão, de sua inauguração até sua desativação. Em segundo momento, volto o olhar para os catadores de resíduos sólidos de maneira a compreender os impactos sofridos pelo processo de desativação. Por fim, proponho políticas públicas a respeito de dois eixos, o primeiro visando atividade de catação como medida sustentável para a questão do lixo, e a segunda visando a recuperação e restauração do território degradável ambientalmente.

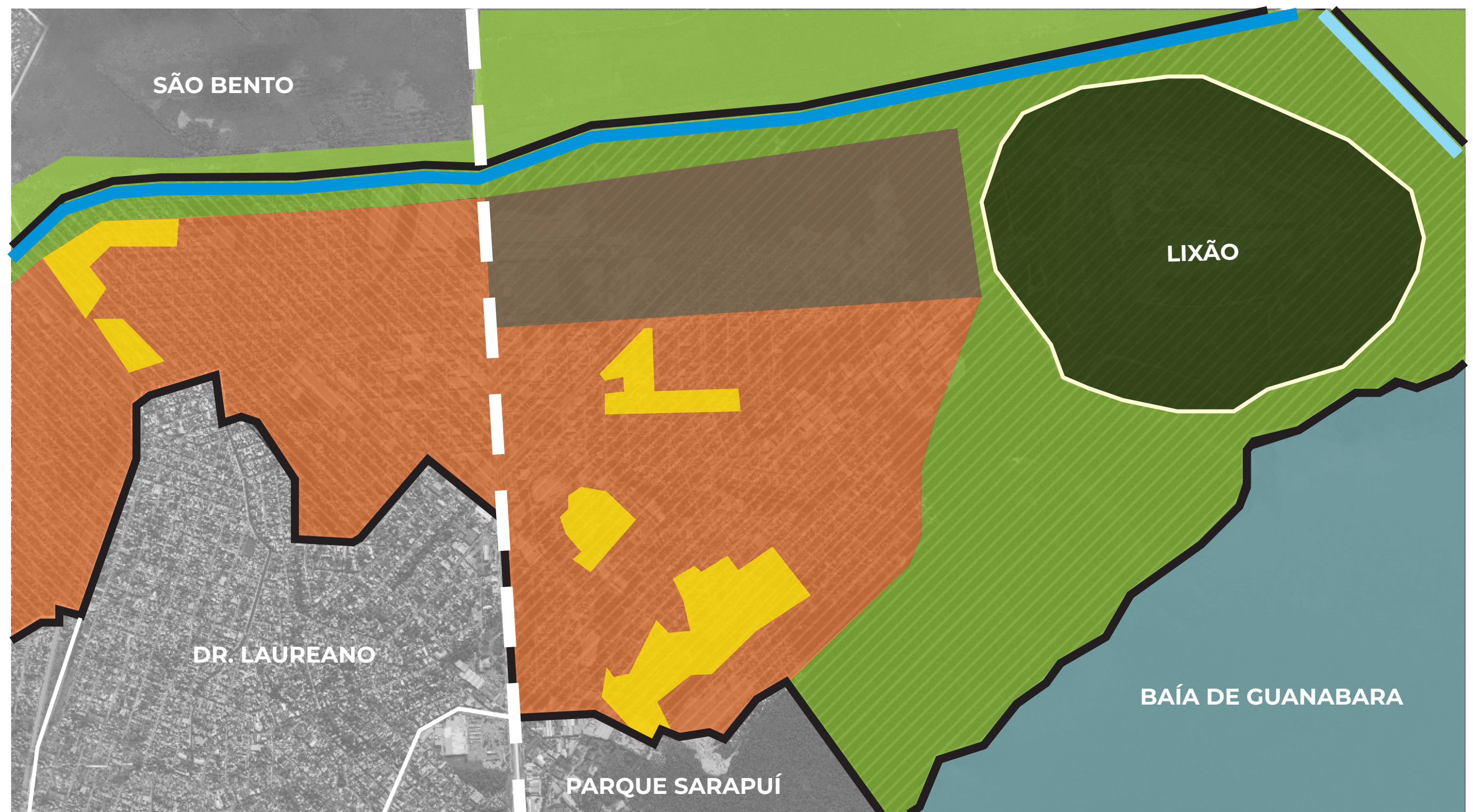
Seguindo a evolução urbana da Baixada Fluminense, que para além de ter sido rica em plantações de laranjas, também comercializada cana-de-açúcar, o território do bairro de Gramacho eram fazendas e plantações, de acordo com levantamento histórico do Diagnóstico Socioeconômico de Jardim Gramacho realizado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS, 2011).

Apesar de sua atual relevância metropolitana, o bairro de Jardim Gramacho teve sua evolução urbanística pouco documentada. Então, para compreender como a área se desenvolveu, foi preciso buscar indícios históricos acerca do espaço geográfico no qual o bairro se insere. Assim, a história de ocupação da Baixada Fluminense, e, em especial, de Duque de Caxias, tem seu início ainda no século XVI com as doações das sesmarias por Estácio de Sá. Durante o período de prosperidade da cana-de-açúcar, os rios da região, incluindo o rio Sarapuí (que passa ao norte do atual bairro de Jardim Gramacho), eram muito utilizados para escoar as mercadorias ali produzidas por meio dos diversos embarcadouros construídos ao longo dos leitos. Neste contexto, há relatos sobre a existência de fazendas e plantações próximas a área hoje ocupada por Jardim Gramacho, indicando que esta não estava fora ou distante deste processo de ocupação.

Ainda de acordo com o Diagnóstico Socioeconômico, os primeiros loteamentos foram criados para a construção de uma habitação social feita pela Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), que, na década de 70, começou a produzir conjuntos habitacionais pelo estado do Rio de Janeiro. Em processo de desenvolvimento, o bairro era ocupado por poucas pessoas, em geral de classe social baixa e média e já detinha indústrias de pequeno porte. O Diagnóstico faz uma alusão no qual o governo decide instalar um lixão na periferia do bairro na mesma década de criação da COHAB.

Se olharmos o território nos dias atuais, temos o bairro Gramacho, no qual é dividido, popularmente, entre dois sub-bairro, tendo a Rodovia Washington Luiz como delimitante: um chamado Gramacho, que faz limite com os bairros de Olavo Bilac, Centenário e Doutor Laureano; e outro chamado Jardim Gramacho, onde se localizava o maior aterro sanitário da América Latina. O bairro como um todo é balizado pelo Rio Sarapuí que encontra o Rio Iguaçu e desagua na Baía de Guanabara. Dentro do Macrozoneamento definido no Plano Direto Municipal (2006), o bairro possui quatro zonas: Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), Zona de Ocupação Controlada (ZOC), Zona Especial de Negócio VIII (ZEN) e Zona de Interesse Ambiental (ZIA). Podemos identificar esses elementos no mapa na página 33.

¹⁰ Estratégia de Desenvolvimento Urbano, Socioeconômico e Ambiental para o Entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: Diagnóstico Socioeconômico de Jardim Gramacho (IEPS, 2011)



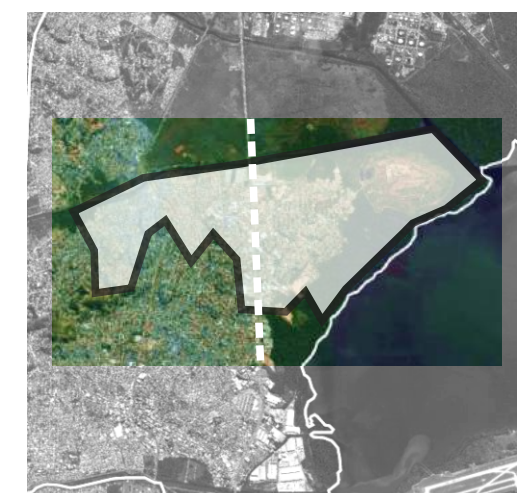
-  rodovia W. Luiz
-  bairro Gramacho
-  sub-bairro Gramacho
-  sub-bairro Jardim Gramacho
-  rio Sarapuí
-  rio Iguaçu

-  ZOC - Zona de Ocupação Controlada
-  ZEIS - Zona Especial de Interesse Social (total 44 ZEIS na área analisada)
-  ZEN IV - Zona de Negócio 4
-  APP - Área de de Preservação Permanente

0 0.2 0.4KM



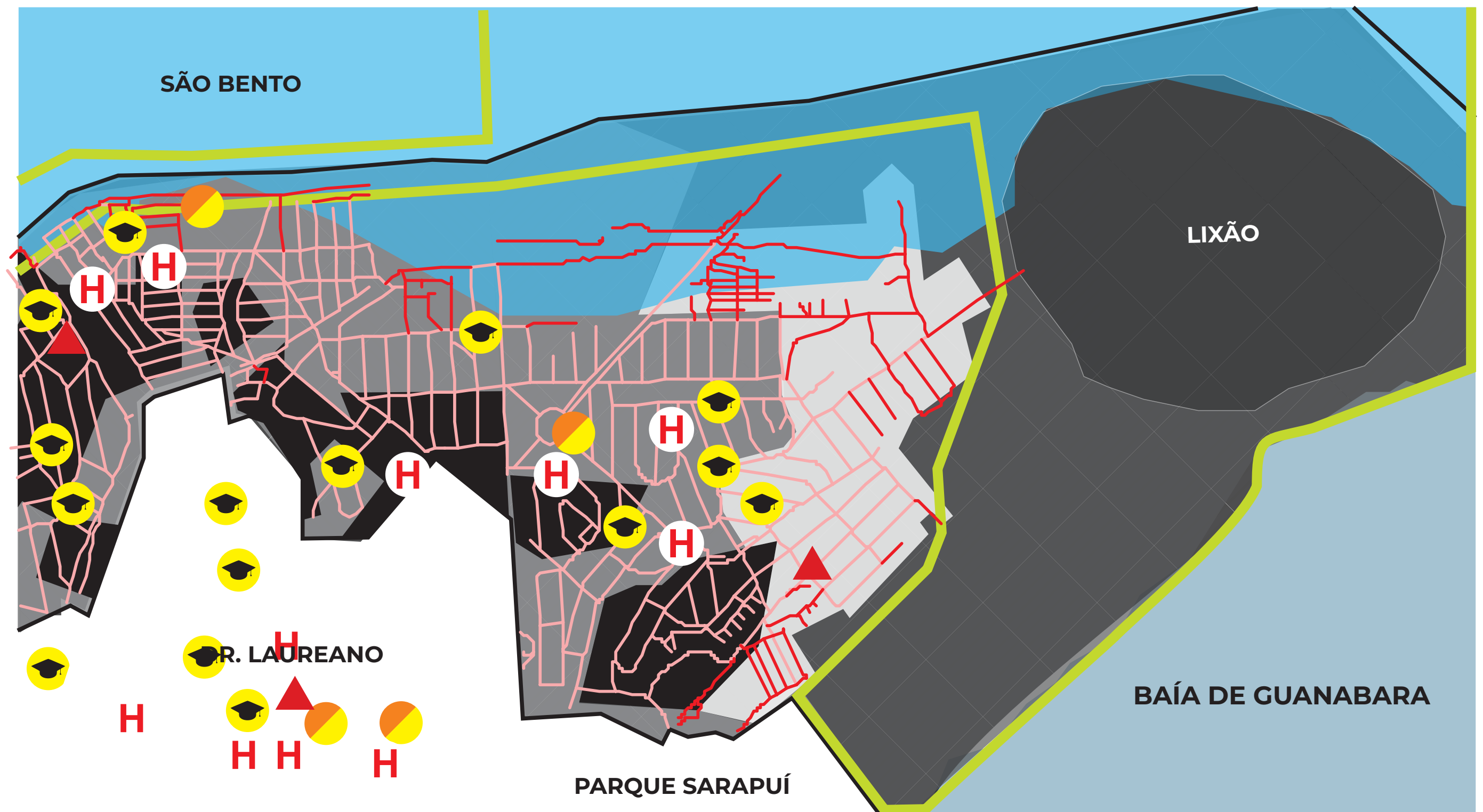
Macrozoneamento Municipal.
Fonte dos dados: Plano Diretor Municipal de
Duque de Caxias, 2006.



área analisada
bairro Gramacho

No que diz respeito à qualidade de vida, há diferença de um sub-bairro para o outro. Nota-se que quando mais próximo da área do aterro sanitário, mais precária é a condição de vida. No mapa anterior é possível notar algumas diferenças, nota-se que no sub-bairro Jardim Gramacho, há um quantitativo superior de Zonas Especiais de Interesse Social, no qual também são espacialmente maiores, do que no sub-bairro conhecido como Gramacho. É possível notar a existência do lixão em uma zona protegida ambientalmente, a Área de Proteção Permanente, que também circunda uma área potencialmente industrial. Para dar profundidade ao comparativo de um sub-bairro a outro, trago o mapa a seguir que aponta renda familiar mensal, acesso a equipamentos públicos e infraestrutura urbana.

qualidade de vida



- rodovia W. Luiz
- bairro Gramacho
- sub-bairro Gramacho
- sub-bairro Jardim Gramacho
- APP - Área de Proteção Permanente área sujeita a inundação
- área sujeita a alagamento
- rede de saúde

- escolas municipais
- escolas municipais e creches
- FUNDEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias
- vias formais
- vias informais

- renda familiar (R\$)
- vila de catadores - até 800
 - de 800 à 1600
 - de 1600 à 2400

0 0.2 0.4KM



Fonte dos dados: Plano Diretor Municipal de Duque de Caxias (2006); Mapa de rendimento nominal mensal dos domicílio particulares (2016); e Diagnóstico Social de Jardim Gramacho, Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (2005)



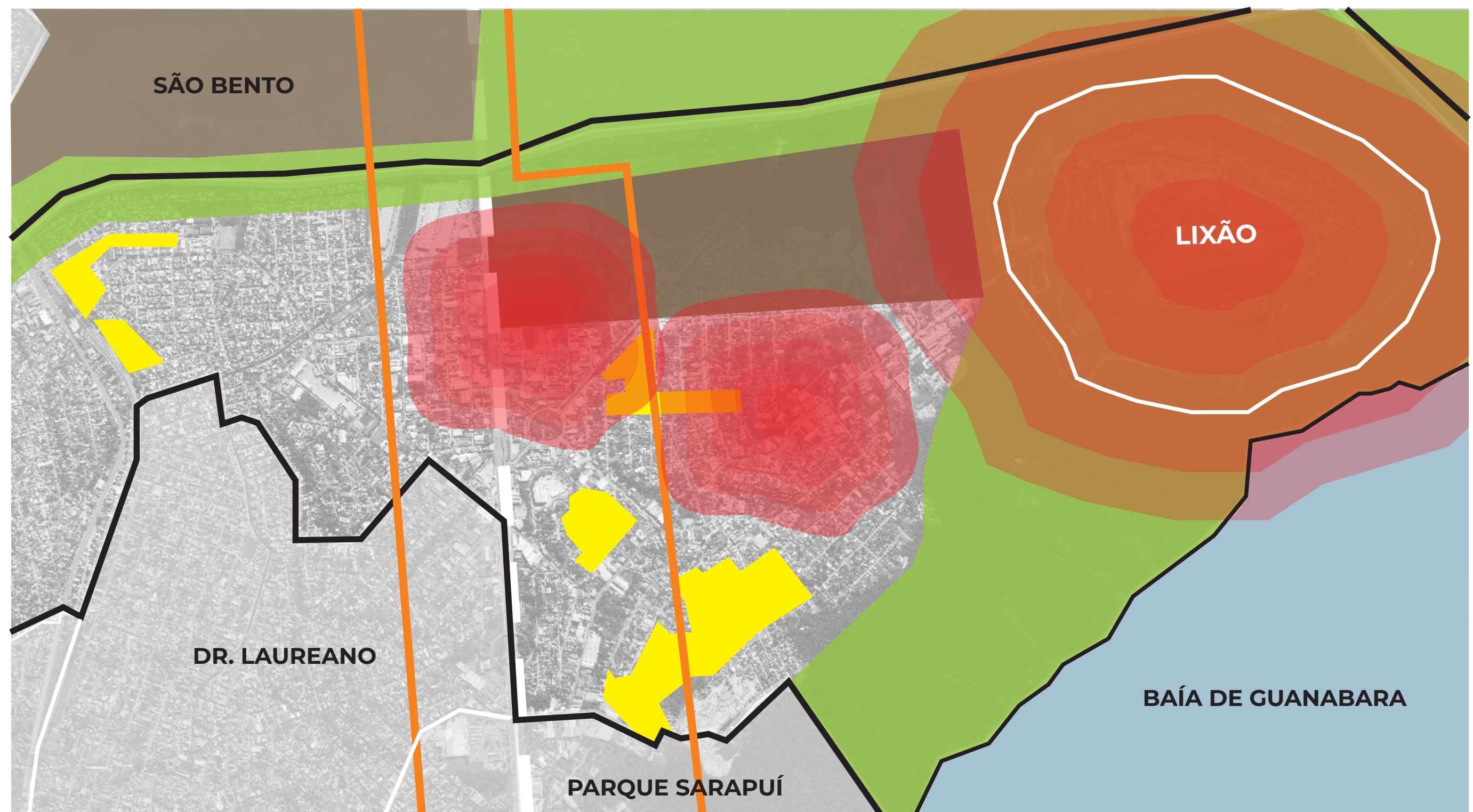
área analisada
bairro Gramacho

Há uma predominância de renda mensal por família de R\$800,00 à R\$1.200,00, por todo o bairro, no qual é contabilizada apenas por aqueles que possuem trabalho no mercado formal. Porém ainda em comparativo de um sub-bairro com o outro, o Jardim Gramacho segue sendo o menos privilegiado, agora no eixo econômico. A medida que dirigimos o olhar para o entorno do desativado aterro, é possível notar a vila de catadores que se formou ao longo dos anos de funcionamento do mesmo. No que diz respeito a fatores econômicos dessa vila de catadores de resíduos sólidos atualmente ativos, há uma inconstância na renda, no qual, através de entrevista no atual local do trabalho destes, o Polo de Reciclagem, descobri que os catadores cooperativados recebem de R\$0,00 à R\$1.200,00 pelo trabalho informal, variando de acordo com o recebimento de resíduos sólidos. Não há dados concretos sobre a renda de catadores não cooperativados, mas nos faz ter noção da oscilação de renda, uma vez que dependem inteiramente da catação em outros locais de descarte inadequado.

Quando analisamos os equipamentos públicos, também nota-se predominância no sub-bairro Gramacho: a respeito de unidades educacionais na esfera municipal, o sub-bairro de Gramacho contabiliza 7, sendo uma atuando como creche em paralelo. Já o sub-bairro Jardim Gramacho contabiliza 5, sendo uma também atuando como creche em paralelo; cada sub-bairro possui 1 unidade de FUNDEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura, Política Sociais de Duque de Caxias) que tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento educacional através de cursos de capacitação de diversas áreas pelo município; sobre unidade de saúde, o sub-bairro Gramacho possui 4 unidades e o sub-bairro Jardim Gramacho apenas 3.

Por fim, temos as vias formais aprovadas pela prefeitura que, em sua maioria, são determinadas pela delimitação de quadras, no qual possuem pavimentação asfáltica e, minimamente, calçamento nos passeios. Contudo, existem também as vias informais que foram criadas pela própria população a partir de alguma necessidade existente, como percurso para chegar em algum destino, seja em sua moradia informal, seja do território do aterro. Estas se concentram essencialmente no lado do sub-bairro Jardim Gramacho e nas estremaduras do território do bairro próximo de alguma área ambientalmente protegida ou área potencialmente industrial, onde não deveria existir ocupação habitacional próxima. Para fim de análise comparativa, a seguir trago o mapa de impacto industrial, na escala do bairro, a fim de evidenciar as investidas industriais, bem como seus impactos prejudiciais para população residente.

impacto industrial: bairro gramacho



-  rodovia W. Luiz
-  bairro Gramacho
-  ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
-  ZEN - Zona Especial de Negocio
-  área de proteção ambiental (APP, ZIA, APA, etc.)
-  faixa de 600m ao longo das rodovias
-  área de contaminação

0 0.2 0.4KM



Macrozoneamento Municipal.
Fonte dos dados: Plano Diretor Municipal de
Duque de Caxias, 2006.



área analisada
bairro Gramacho





**dinâmica
de catação**



O bairro ganhou notoriedade mundial por abrigar o maior depósito de lixo da América Latina por mais de três décadas. Inaugurado em 1978, veio como solução para questão de resíduos sólidos, pós ditadura militar do país, quando o local foi definido como “área de segurança nacional”, afirma Maria Raquel Passos Lima em seu artigo chamado Paradoxos da Formalização. O projeto de criação começou a ser pensado em 1977 com a proposta de ser um aterro sanitário, porém a proposta se descaracteriza com a crise econômica, contudo, ainda sim, o aterro deu início às atividades de descarte sem fiscalização, fora das normas e dos parâmetros do projeto inicial.

As atividades de descarte no local ganharam proporções desenfreadas devido à falta de fiscalização, resultando em um contingente de pessoas, que já viviam em situação de precariedade próximas ao local, se dispondo à coleta de materiais sem qualquer proteção e condições mínimas de saúde. Aos poucos esses catadores ocuparam o entorno do local, formando uma vila autoconstruída de moradias em precariedades extremas, visto que dependiam das atividades do lixão como fonte de renda. Obteve aumento crescente de descarte de lixo e também dos catadores informais, resultando em consequências socioambientais e urbanísticas.

Em 1990 o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, chamada Eco-92, em que foi pressionado sobre as irregularidades que aconteciam no lixão. Como solução retificaram o local por meio de licitação pública, foi aí então que, em 1996, o local começou a ser operado com os critérios de um aterro sanitário, no qual os despejos eram mais controlados e separados por nível de contaminação e tipo de resíduo.

A existência do aterro sanitário impactou diretamente o cotidiano do bairro, onde serviu de atrativo para mais mão de obra dentro do aterro, e até mesmo expansão da malha urbana. O diagnóstico realizado pelo (IEPS, 2011) afirma que as vias de acesso e do entorno foram ocupadas por comércios e pequenas indústrias que dependiam das atividades de reciclagem, e que, por meio da necessidade de trabalho, em busca de renda, os trabalhadores começaram a construir casebre a base de resíduos para descanso e moradia mais próxima, uma vez que nem todos os catadores moravam no bairro. Muitos desses novos residentes exerciam a catação em outros aterros desativados e migraram para busca em busca de renda. Essas ocupações tornaram-se uma vila de extrema precariedade, uma vez que não possuía condições mínimas de habitabilidade.

O Diagnóstico Social de Jardim Gramacho (Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), 2005) aponta que em 1996, a empresa Queiroz Galvão operava como gestora do funcionamento e recuperação de áreas prejudicadas ambientalmente, sendo administrado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), tinha por objetivo a organização das ações pertinentes à catação e o controle dessas atividades. Sendo assim, de acordo com Sebastião Santos, realizou um cadastramento dos profissionais atuantes na época, estabelecendo critérios para realizar exercer as mesmas, como a proibição de menores de 16 anos, idosos e pessoas com deficiência física ou mental. Essa classificação de catadores era identificada pelo colete de cor laranja e trabalharam no território do aterro.

Em 2001, o operacional do aterro passa a pertencer, emergencialmente, à Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio (EBEC) para cumprir o processo licitatório. Porém, a empresa S.A. Paulista assume o gerenciamento e fiscalização das atividades, ainda de acordo com o Diagnóstico Social de Jardim Gramacho. A existência de empresas no gerenciamento das atividades ditas como informais, levou o corporativismo para o aterro fazendo com que surgisse mais uma classificação de catadores. Estes eram identificados pelo colete de cor verde, eram ligados, diretamente a alguma empresa e coletava e vendia especificamente para ela, exercendo a função de um funcionário formal, exercendo o trabalho em depósitos próximos ao território do aterro.



foto: Igor Freitas

Como complemento, em meio a trocas de gerenciamento, a primeira cooperativa de catadores é criada, a Coopergramacho, buscando reivindicação de seus direitos trabalhistas e resistência ao corporativismo das empresas, surgindo assim uma nova classificação de catadores, identificáveis por coletes cinza. Estes não trabalhavam no território do aterro e sim em galpões, atualmente onde se encontra o Polo de Reciclagem atualmente.

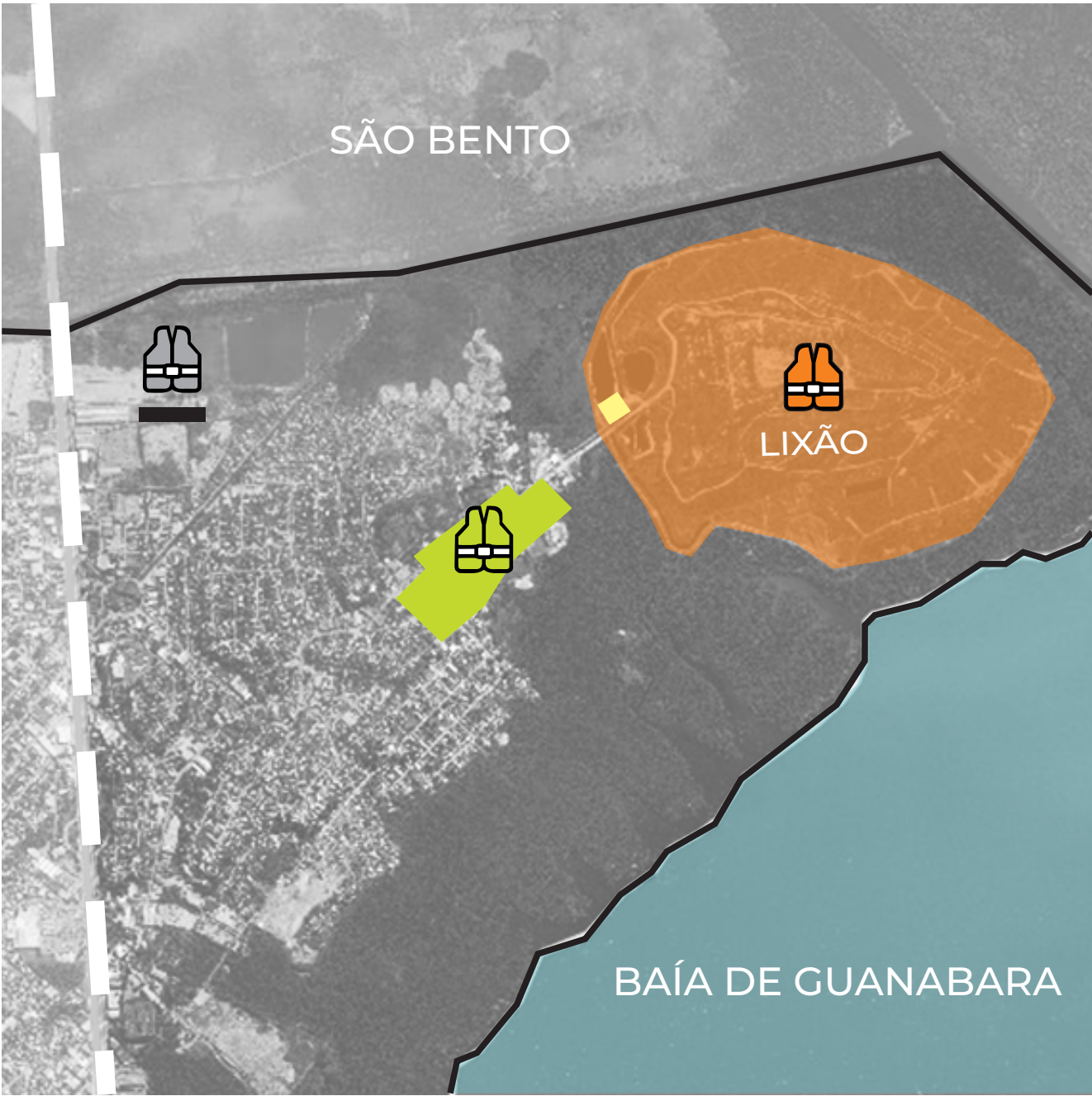
Cada cadastramento contabilizava um quantitativo crescente de números de trabalhadores no bairro, a seguir conseguimos ver a evolução de acordo com o Diagnóstico Social de Jardim Gramacho (Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), 2005).

ano	quantidade	contagem
1993	600	ENGEVIX
1996	960	Queiroz Galvão
2002	1060/dia	S.A Paulsita
2004	1700/dia	Lucia Pinto

No mapa a seguir aponto as relações de funcionamento em 2005 e nos dias atuais, a fim de dar perspectiva sobre o impacto da desativação do aterro na vida dos catadores.

relação espacial

funcionamento pré-desativação



- rodovia W. Luiz
- bairro Gramacho
- cooperativa Coopergramacho; atualmente, polo de reciclagem
- administração e triagem do Lixão
- concentração de depósitos
- cooperativa Nova Era
- cooperativa Coopercaxias
- associação de catadores - Caxias
- galpões desativados por incêndio
- coleta de resíduos sólidos
- recebimento de resíduos sólidos
- catadores mais antigos, podem vender a qualquer depósito, também chamados de pró-cooperativados;
- são empregados de um depósito específico, ou seja o colete pertence ao depósito;
- são ligados a cooperativas e não trabalham no espaço no aterro

funcionamento atualmente



descarte ilegal

Lixão

SEM ESCALA

Macrozoneamento Municipal.
 Fonte dos dados: Plano Diretor Municipal de Duque de Caxias, 2006, IBGE e entrevistas.



área analisada
bairro Gramacho

Vemos então o modo operante dos trabalhadores. No primeiro mapa trata-se do funcionamento até o ano de 2005 de acordo com os diagnósticos citados anteriormente e entrevistas realizada com as lideranças de catadores, e no segundo temos o funcionamento atualmente, também baseado em entrevistas no campo.

Analisando o segundo, notam-se as três classificações de catadores: colete laranja, que fazer parte do primeiro cadastramento dos catadores, sendo os mais antigos, chamados de pró-cooperativados; os de colete verde são os que trabalhando diretamente para uma empresa específica, coletando e vendendo para a mesma; e por ultimo, os de colete cinza, são os catadores cooperativados, trabalham que forma independente, porém minimamente organizados. Assim como há três modos operantes, também há três locais para exercer o trabalho: o lixão, onde predominantemente trabalhavam os catadores de colete laranja; os depósitos das empresas contabilizavam aproximadamente 42 no total, onde trabalhavam os catadores de colete verde; e o polo de reciclagem, no qual a cooperativa Coopergramacho realizava trabalho de separação através de esteirar mecânicas, ativo até os dias atuais, onde trabalhavam os catadores de colete cinza.

Sobre o descarte de resíduos sólidos, o aterro recebia de todo o estado e lá eram coletados pelos catadores de colete laranja e verde. Os de laranjas trabalhavam no território do aterro, porém de forma independente, não possuíam um comprador específico para o material. Os de verde também trabalhavam no território do aterro, porém vendiam os materiais coletados especificamente para a empresa que lhe contratou, funcionava como uma espécie de terceirização de serviços de coleta. Já os de colete cinza trabalhavam fora do território do aterro, exerciam a atividade no Polo de Reciclagem, ativo atualmente, recebiam o descarte de empresas parceiras e vendiam de forma independente. Podemos ver a seguir um resumo sobre esse funcionamento.

classificação	coleta	venda
laranja	independente dependiam do descarte geral no aterro	independente
verde	independente dependiam do descarte geral no aterro	dependente de empresas específicas
cinza	dependente de empresas parceiras	independente

Quando olhamos o segundo mapa sobre o funcionamento nos dias atuais, baseado em entrevista no local, temos dois modos operantes de trabalho exercidos atualmente: o primeiro através de cooperativas ativas no Polo de Reciclagem; e o segundo as atividades de catação que dependem do descarte ilegal. Começando pelo primeiro, temos atualmente duas cooperativas em funcionamento, a Nova Era e a Coopercaxias, cada uma dela é responsável por um galpão localizado no Polo. No local também se encontra a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho (ACAMJG) e dois galpões desativados, onde já funcionaram outras cooperativas. O modo de recebimento de resíduos sólidos das duas cooperativas ativas atualmente é igual, ambas dependem do descarte de empresas parceiras e de pessoas físicas. Entretanto, a Coopercaxias, além receber o descarte, possui um caminhão baú que coleta os resíduos sólidos dependendo do metro cubico deste e do acionamento pelo serviço.





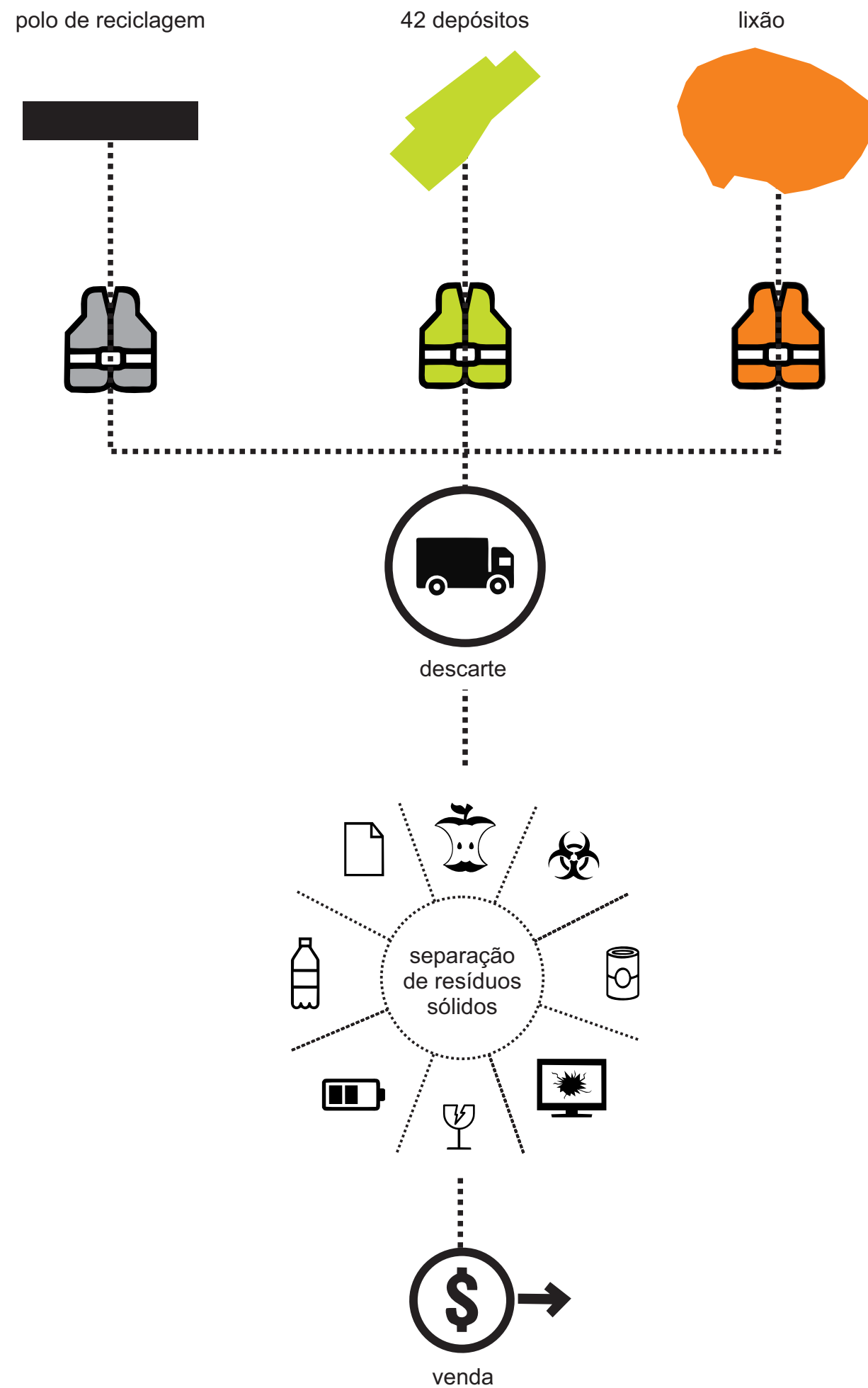


As duas cooperativas é administrada de modo independente uma da outra, além do modo operante, o que difere também é a forma de pagamentos dos cooperativados: a Nova Era possui oito membros no total, no qual trabalha de acordo com sua disponibilidade, algum trabalham todos os dias, outro não. Porém a repartição do lucro mensal é dividida igualmente pelos oito membros. Em entrevista, realizada em agosto de 2019, com uma das líderes, conhecida como Regi, foi dito que o maior lucro mensal já contabilizado foi de R\$1.200,00 e o menor lucro foi de R\$300,00 para dividir entre os membros; já a Coopergramacho, que possui dezesseis membros, não há repartição igualitária dos lucros, os cooperativados recebem de acordo com seu rendimento mensal. O critério usado é a quantidade de quilos pesados pelo catador de acordo com um valor estipulado para cada material. A líder Luciana afirma que o maior rendimento registrado foi de R\$1.200,00

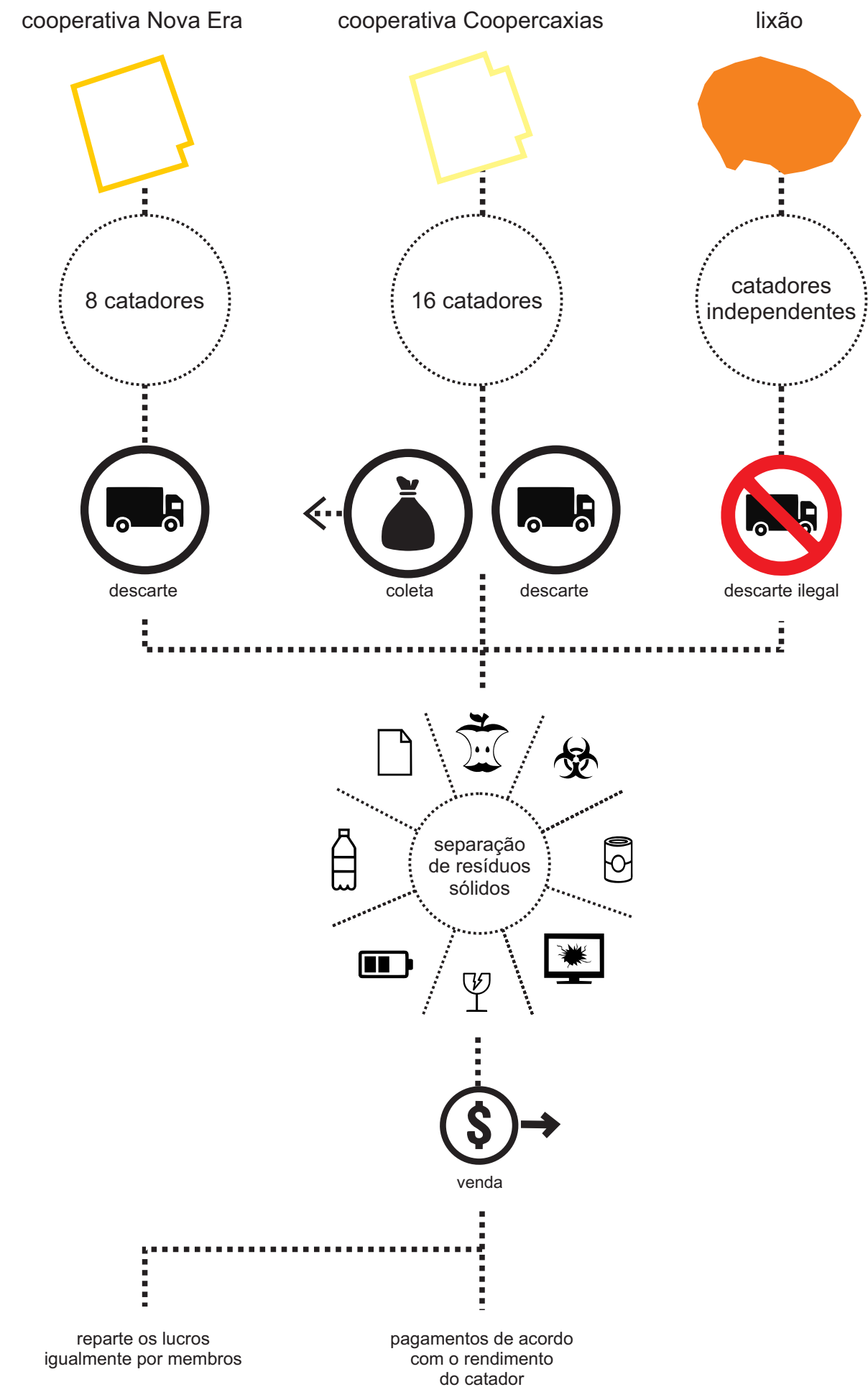
Assim como em 2005, atualmente possui três locais que locais de trabalho para os catadores: as duas cooperativas que se concentram no Polo de Reciclagem e, ainda, de maneira ilegal, o aterro sanitário. Este último, mesmo que proibido por lei, ainda está em funcionamento como área de descarte em menor escala. Após desativação do aterro sanitário, foi determinando que todo resíduo sólido recolhido no estado Rio de Janeiro seria encaminhado para Central de Tratamento de Resíduos em Seropédica, entretanto o descarte ilegal é frequente no aterro de Jardim Gramacho. O acesso é controlado por pelo tráfico local, no qual as empresas pagam taxa para acessar e depositar ilegalmente. O líder da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho afirma que as empresas optam por esse tipo de descarte para poupar custos de deslocamento até Seropédica. Não foi possível contabilizar a quantidade de catadores dependente do descarte ilegal. Para ilustrar as informações, a seguir um esquema de relações dos modos de operação.



funcionamento pré-desativação



funcionamento atualmente



política pública para o local

Para chegar ao objetivo de propor política pública, determinei debates temáticos que serviram de norteados no momento em que olhei para o território, entendendo assim quais são as problemáticas que sobressaem dentro do contexto territorial e do tema estudado. Alguns desses pontos foi caracterização da Baixada Fluminense como zona de sacrifício, e somada a esta, a cultura de catação existente na área de estudo, o sub-bairro Jardim Gramacho, devido ter sediado o maior aterro sanitário da América Latina. Surgiu então a questão de como quebrar essa característica de zona de sacrifício que deprecia ambientalmente o território, bem como seus residentes, através de um desenvolvimento de consumo, sem que pudesse prejudicar os trabalhadores, já marginalizados e também depreciados socialmente, que dependem desse mesmo consumo? Foi determinado então que as políticas públicas teriam como objetivo a inclusão social e econômica no mercado de trabalho formal dos catadores e a restauração ambiental das áreas contaminadas pelas industriais locais e pelo aterro sanitário local.



recuperação ambiental do território

Objetivos:

- Reabilitação ambiental do território;
- Remoção de edificações presentes;
- Reassentamento da população para local próximo;
- Novos uso de solo para o território do aterro e seu entorno de modo a não ser nocivo à saúde pública e ao meio ambiente.

	DIRETRIZES	ESTRATÉGIAS
Recuperação ambiental do território	Reabilitação do local contaminados pelo mal funcionamento do aterro e da industriais	tratamento de gases toxicos presente e descontaminação do solo Controle ambiental através de lei que garanta a preservação do local para recuperação por tempo o órgão competente julgar necessário
	Remoção das edificações existente, incluindo habitações, de maneira a assegurar permanência temporária no território por fins de saúde pública e prevenção ao meio ambiental	Reassentamento da população removida para local próximo, sobretudo no mesmo bairro; e expansão do Polo de Reciclagem.
	Novos usos e ocupação do solo já recuperado	Expansão e construção do Polo de Reciclagem de modo a comportar recebimento de resíduos em grande escala, sem que seja prejudicial à saúde pública e ao meio ambiente Criação de parque urbano com a premissa ambiental ensinada através do programa de educação ambiental Criar espaços para do programa de educação ambiental de cujo educacional, ambiental e cultural

catação de resíduos sólidos e inclusão de catadores

Objetivos:

- Gestão participativa da população nas tomadas de decisão
- Coleta seletiva regional;
- Inserção econômica da atividade de catção perante o mercado formal de trabalho;
- Expansão do Polo de Reciclagem;
- Gerar empregabilidade;
- Capacitação dos catadores.

	DIRETRIZES	ESTRATÉGIAS
Catação de resíduos sólidos e inclusão de catadores	Gestão participativa da população nas tomadas de decisão pertinentes ao meio ambiente, bem como a responsabilização de consumo de produto e seu descarte	Implantar programa de educação ambiental nas escolas e nos bairros do município para que a população participe ativamente de coleta seletiva e separação dos resíduos sólidos Conscientização ambiental de consumo desenfreado , bem como seus reflexos, da população através do programa de educação ambiental, realizado pelos catadores
	Capacitação dos catadores através de cursos e investimentos educacionais oferecidos gratuitamente pela prefeitura municipal através da FUNDEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura, Política Sociais de Duque de Caxias)	Capacitação educacional de gestão e logisticas, ambiental e coopetrativismos para que as cooperativas funcionem de maneira autônoma Propos cursos de educação ambiental para população misnistrado pelos catadores capacitados
	Institucionalizar a atividade de catação perante o mercado formal de trabalho como objetivo de estabelecer renda fixa e justa para os mesmo, de modo a garantir seus direitos e estabelecer seus deveres como profissional do meio ambiente;	Considerar catadores capacitados como profissifional do meio ambiente O poder público deverá remunerar os catadores pelo trabalho ambiental realizado Oferecer ambientte de trabalho adequado de modo a não oferecer risco à saúde pública e ao meio ambiental
	Expansão do Polo de Reciclagem de modo a receber descartes de resíduos na esfera estadual novamente	Remoção das edificações existente, incluindo habitações para construção de um grande Polo de Reciclagem Expansão e construção do Polo de Reciclagem de modo a comportar recebimento de resíbuos em grande escala, sem que seja prejudicial à saúde pública e ao meio ambiental Gerar emprego, bem como oferecer capacitação para o exercíio da atividade de catação

A partir do exposto em pesquisa, vimos que o acesso e de terra na Baixada Fluminense foi resultante da uma intenção de lucro através de vendas de terras baratas. Em paralelo a isso, a cidade do Rio de Janeiro se estabelecia como metrópole, urbanizando suas ruas, determinando novas quadras e uso para as mesmas, desenvolvendo-se de maneira a enaltecer a elite e segregar a classe baixa. Com a expansão do centro metropolitano, recebiam-se múltiplas investidas econômicas que beneficiariam a mesma, como a instalação de indústrias, mesmo que pudessem ser nocivas ambientalmente, e eram. Nesse caso, os empreendimentos eram direcionados a se instalarem em territórios mais distantes, porém possível de acesso, a Baixada Fluminense foi um desses locais.

A cidade do Rio de Janeiro, dessa maneira, desenvolveu-se através de um planejamento que visava a elite da cidade, consequentemente, invisibilizava a classe baixa fazendo com que esta se deslocasse para áreas acessíveis financeiramente e mais distantes. Em meio, a mesma população que migrava para, especificamente, a Baixada Fluminense via-se o impasse a respeito da habitação. Havia, em alguma medida, por meio de documentação feita entre acordo dono de terra-comprador, ainda que não fosse reconhecido pelo município. Sendo assim, havia duas questões presentes com esse deslocamento da classe baixa para Baixada Fluminense: a primeira sendo a informalização de terras perante o governo responsável, gerando ocupações irregulares; e a segunda era a construção da própria moradia. A própria população solucionou a demanda da habitação própria, por meio da autoconstrução, o que não garantia uma habitação de qualidade já que não possuíam conhecimento especializado. Por fim, a Baixada desenvolve-se através da irregularidade habitacional mediante à esfera governamental responsável, como reflexo da irregularidade e a forma que se deu as ocupações de terra somado, também, com as instalações das indústrias de potencial poluidor, caracterizam a Baixada Fluminense como zona de sacrifício.

Como visto o território da Baixada Fluminense decorre de características de desigualdade em múltiplas esferas, sobretudo sociais uma vez que sua população é majoritariamente pobre e carrega consigo problemáticas de preconceito e segregação. Sendo reconhecida como zona de sacrifício, a Baixada Fluminense reafirma a injustiça socioambiental atuante e característica dessas zonas, onde há incessantes investimentos no segmento industrial, sem nenhum tipo de política pública que intermedie os impactos no território e em seus residentes. A injustiça socioambiental trata-se da divisão dos impactos ambientais sobre um local, onde a classe social de uma população não deveria servir de critério de escolha do local de implantação de indústrias poluidoras, assim nocividades industriais liberadas nas zonas de sacrifício seriam distribuídas igualitariamente pelos territórios.

A justiça ambiental está diretamente ligada a sustentabilidade que nasce da necessidade de preservar ambientalmente o planeta, aparecendo pela primeira vez na em uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1972, na Suécia. Alguns anos após foi feito um relatório chamado Brunland que para legitimar conceito de sustentabilidade. Foi então determinado, através do documento, que sustentabilidade trata-se do consumo consciente, de modo que não pudesse comprometer desenvolvimento das gerações futuras, preservando assim a Terra e seus recursos naturais. Logo catação de resíduos sólidos ganha protagonismo no que diz respeito a preservação ambiental, onde é possível reciclar e reutilizar objetos cotidianos antecedendo o descarte precoce do mesmo.

conclusão

Em 2010, no Brasil, foi sancionada uma Lei Federal (10.305) de nome Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que tem por objetivo o gerenciamento de resíduos sólidos descartados de maneira inconsciente. O documento determina princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para guia e orientar o descarte ambientalmente adequado desses resíduos. Um dos instrumentos pensados são os Planos de Resíduos Sólidos que atuam em diferentes escalas, de municipal à estadual, tratando-se de desenvolver e aplicar estratégias e metas de acordo com a necessidade local, servindo assim como gerenciador das determinações apontadas no PNRS. Nos dias atuais ainda não se viu a aplicabilidade efetiva dessa Lei, onde tinha como um dos objetivos o fechamento de todos os lixões do Brasil até o ano de 2014, porém, em 2019, ainda não foi cumprido. Dentro dos instrumentos previstos, existe a iniciativa de institucionalização de cooperativas de catação, bem como seus catadores, de maneira que possa assegurar seus direitos trabalhistas e, de em alguma medida, sociais, uma vez que são marginalizados pela sociedade.

Dito isso, para fim de pesquisa, o local escolhido foi o bairro Gramacho, localizado em Duque de Caxias, Baixada Fluminense, conhecido mundialmente por ter sediado o maior lixão da América Latina até o ano de sua desativação, em 2012. Recebendo descartes toneladas diariamente de diferentes tipos de lixo sem nenhum tipo de controle, o lixão funcionava 24h por dia, chegando a ter cerca de 1200 catadores informatizados trabalhando no mesmo. Foi só em 1996 que surgiu a necessidade de transformá-lo em aterro sanitário, criando-se triagem de separação dos lixos de acordo com sua materialidade e, minimamente, institucionalizando os catadores.

Mesmo com o propósito de funcionar com aterro, através de entrevistas no local, foi possível descobrir que o funcionamento ainda ocorria totalmente insalubre e nocivo, tanto para os trabalhadores, como para o território do bairro como um todo. Empresas de diversos lugares do estado do Rio de Janeiro deslocavam-se para descartar os resíduos sólidos no local, havia lixo doméstico, industrial, hospitalar, entre outros, somado ao mal funcionamento como aterro, passou a ser muito prejudicial ambientalmente. De acordo com o Movimento Baía Viva, o aterro chegou a despejar um bilhão de litros de chorume por ano na Baía Guanabara, e ainda sim, cada ano aumentavam os números de catadores e suas jornadas de trabalho.

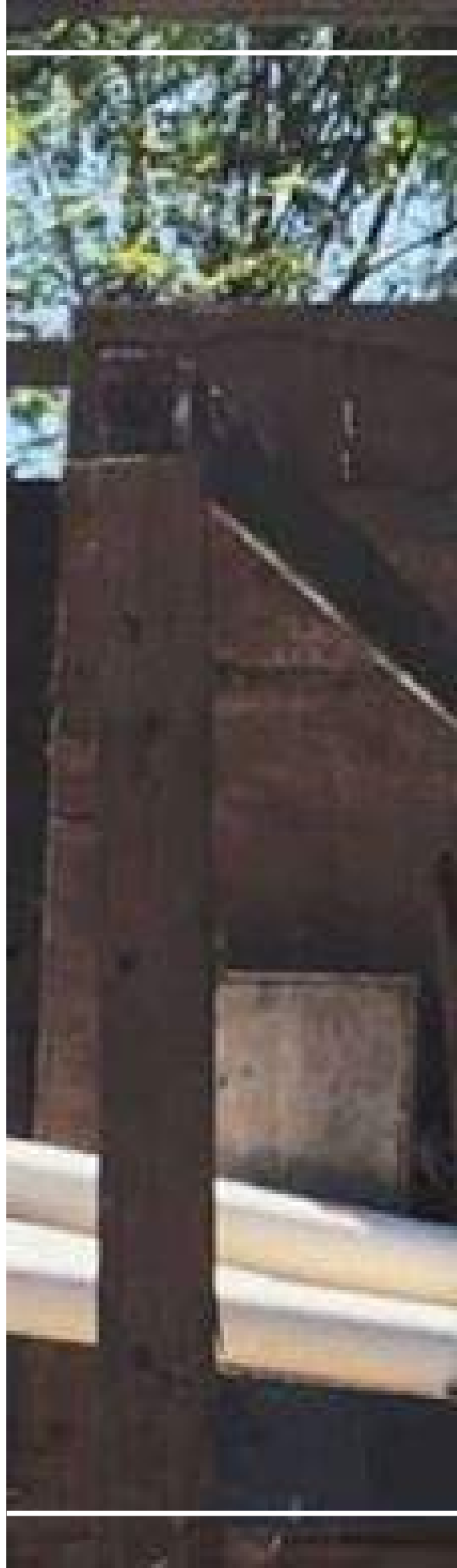
Os trabalhadores vinham de diversos locais do município de Caxias, em algumas vezes até de municípios vizinhos, para que não perdessem tempo de deslocamento, uma vez que fazia jornadas múltiplas em um único dia, ou o pouco dinheiro que havia, os catadores descansavam no próprio local ou no seu entorno. Construíram-se barracos com os diferentes tipos de resíduos descartados no aterro, mesmo que não possuísse condições mínimas para habitar e o mínimo de infraestrutura urbana, como água potável e esgotamento sanitário. Ao longo dos anos, de pequenos barracos, tornou-se uma vila e ficou conhecida como Barracão pelos catadores, e nos dias atuais, mesmo com o aterro desativado, ainda existe moradia no local.

A desativação ocorreu em 2012 com a proposta de uma construção de parque urbano e a restauração ambiental do local. Não existe previsão de o projeto ser iniciado e hoje ainda ocorrem descartes de modo ilegal. Mesmo que proibido por Lei, algumas empresas, para cortar custos de deslocamento até o aterro sanitário de Seropédica, o que foi escolhido para descarte pós-fechamento, optam pelo descarte ilegal no terreno conhecido como Rampão, sendo atualmente controlado pelo tráfico local. Ressalto que desde a desativação, aumentaram-se os pontos de descarte no entorno do aterro, em minha opinião, pela cultura de descarte que o local criou ao longo dos anos. Existem também locais que recebem os descartes legais, concentrado no Polo de Reciclagem, algumas empresas e pessoas físicas optam pelo descarte no locais que funcionam as cooperativas. Através de visita de campo pude perceber a relevância de exercer as atividades de catação para os trabalhadores, evidenciaram a importância independente do lugar que está acontecendo. Esse dado torna-se primordial para pensar política pública traçando dois objetivos: 1) relacionada à catação de resíduos sólidos e inclusão de catadores; e a 2) com o objetivo de recuperação ambiental do território. As duas políticas públicas citadas trabalham de forma articulada como complemento uma da outra.

A primeira trata-se de: institucionalizar a atividade de catação perante o mercado formal de trabalho como objetivo de estabelecer renda fixa e justa para os mesmo, de modo a garantir seus direitos e estabelecer seus deveres como profissional do meio ambiente; estabelecer coleta seletiva regional; expansão do Polo de Reciclagem de modo a receber descartes de resíduos na esfera estadual novamente, gerando empregabilidade; local adequado para recebimento de resíduos em grande escala, bem como local adequado para o tratamento destes; e capacitação dos catadores de resíduos sólidos.

A segunda trata-se de uma incisão no território do sub-bairro de Jardim Gramacho, sobretudo nas áreas que possuem foco de contaminação indicados no mapa de impacto industrial: Bairro Gramacho na página 58, tratando-se de: reabilitação do local contaminados pelo mal funcionamento do aterro e da industriais através de novos usos do solo, como o parque urbano já proposto; remoção das edificações existente, incluindo habitações, de maneira a assegurar permanência temporária no território por fins de saúde pública e prevenção ao meio ambiental devido às características prejudiciais já evidenciadas; reassentamento da população removida para local próximo, sobretudo no mesmo bairro; e expansão do Polo de Reciclagem.

Por fim, as políticas públicas foram pensadas de modo a valorizar o profissional catador, tendo em mente sua realidade cotidiana, uma vez que são segregados e marginalizados pela sociedade. Entende-se que através de políticas públicas de inclusão, é possível a quebrar o preconceito e evidenciar a importância da coleta seletiva, bem como quem a faz, para o meio ambiente. Assim como o uso da terra para fins específicos é menos prejudicial e nocivo para o meio ambiente, dando assim espaço para a natureza, junto a preservação do homem, se reestruturar.



"EU VEJO
UM JARDIM!"
EM GRAMACHO!

- BRASÍLIA (Distrito Federal). (ago de 2010). Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Brasília.
- BRUNDTLAN, G. H. (1987). Nosso Futuro Comum. Noruega.
- Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP). (2005). Diagnóstico Social de Jardim Gramacho.
- DINIZ, E. (maio de 2018). Jornal da PUC. Acesso em 03 de março de 2019, disponível em <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7532&sid=29>
- eCycle. (ano desconhecido). O que é Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)? Acesso em nov de 2019, disponível em eCycle: <https://www.ecycle.com.br/3705-politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs.html>
- FERRAZ, D. B. (2017). O que é justiça socioambiental? Raízes Jurídicas, 9(2), 43-54.
- GERBASI, V. A. (2014). O Consumo no Capitalismo: notas para pensar o mercado, a internet e o individualismo. Revista Habitus, 12(2), 62-69.
- GUERRA, G. (set de 2018). A Política Nacional de Resíduos Sólidos: Como o Brasil Lida com o Lixo? Acesso em nov de 2019, disponível em Politize: <https://www.politize.com.br/politica-nacional-de-residuos-solidos/>
- IEPS. (maio de 2011). Estratégia de Desenvolvimento Urbano, Socioeconômico e Ambiental para o Entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.
- Instituto PACS. (2017). Mulheres e Conflitos Ambientais: nem nosso corpos, nem nosso territórios. Rio de Janeiro.
- IPEA. (2013). Situação Social das Catadoras e dos Catadores. Governo Federal.
- LENCIONI, C. (dez de 2012). Catadores são responsáveis por 90% do lixo reciclado no Brasil. Acesso em novembro de 2019, disponível em Observatório do Terceiro Setor: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/catadores-sao-responsaveis-por-90-do-lixo-reciclado-no-brasil/>
- LIMA, A. A., & SOUZA, A. P. (2014). Reflexões e contribuições aos estudos de risco e justiça ambiental na Baixada Fluminense, Duque de Caxias-RJ. Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço, 3(2).
- Nogueira, C. (out de 2018). Tudo o que você precisa saber sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Acesso em novembro de 2019, disponível em Blog Eureciclo: <https://blog.eureciclo.com.br/2018/09/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs>
- PEREIRA, T. (2013). Sustentabilidade e justiça ambiental: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. Revista Cidade Metrópole, 15(29), p. 339-358.
- Portal Saneamento Básico. (mai de 2019). Política Nacional de Resíduos Sólidos, nove anos depois. Acesso em nov de 2019, disponível em Portal Saneamento Básico: <https://www.saneamentobasico.com.br/politica-nacional-residuos-solidos-2/Po>
- RESK, S. S. (nov de 2014). Os resíduos nossos de cada dia no Brasil e a relação com as mudanças climáticas. Acesso em nov de 2019, disponível em Blog Cidadões do Bem: <https://cidadaosdomundo.webnode.com/news/os-residuos-nossos-de-cada-dia-no-brasil-e-a-rela%3%a7%c3%a3o-com-as-mudan%3%a7as-climaticas/>
- ROSA, D. (2017). Consensos e dissensos sobre a cidade-dormitório: São Gonçalo (RJ), permanências e avanços na condição periférica. Política e Planejamento Regiona, 4(2), 273-288.

Muniz, V. (Produtor). (2010). Entrevista com Jô Soares, in: Lixo Extraordinário [Filme Cinematográfico].

SILVA, H. (2017). Entre Laranja e Gente. Sessão Temática: cidade e história(Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do Planejamento Urbanos e Regional?).

SILVA, K. O. (Dez de 2006). A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. Revista Urutagua(11).

TAVARES, R., & HELENE, D. (mar de 2018). Tribuna Rio por Inteiro. Acesso em junho de 2019, disponível em Casa Fluminense: <https://casafluminense.org.br/tribunarioporinteiro-como-os-problemas-socioambientais-saneamento-basico-nas-cidades-impactam-vida-das-mulheres/>

Tera Ambiental. (ago de 2019). Entenda a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e como aplicá-la em sua empresa. Acesso em nov de 2019, disponível em Tera Ambiental: <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/entenda-a-politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs-e-como-aplica-la-em-sua-empresa>

VIÉGAS, R. N. (2006). Desigualdade Ambiental e "Zona de Sacrifício". (FASE/IPPUR, Ed.) Mapa dos Conflitos Ambientais no estado do Rio de Janeiro, 4.

Wikipédia. (s.d.). Wikipédia. Acesso em 2019 de março de 02, disponível em Wikipédia, a enciclopédia livre: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Duque_de_Caxias_\(Rio_de_Janeiro\)#Economia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Duque_de_Caxias_(Rio_de_Janeiro)#Economia)

